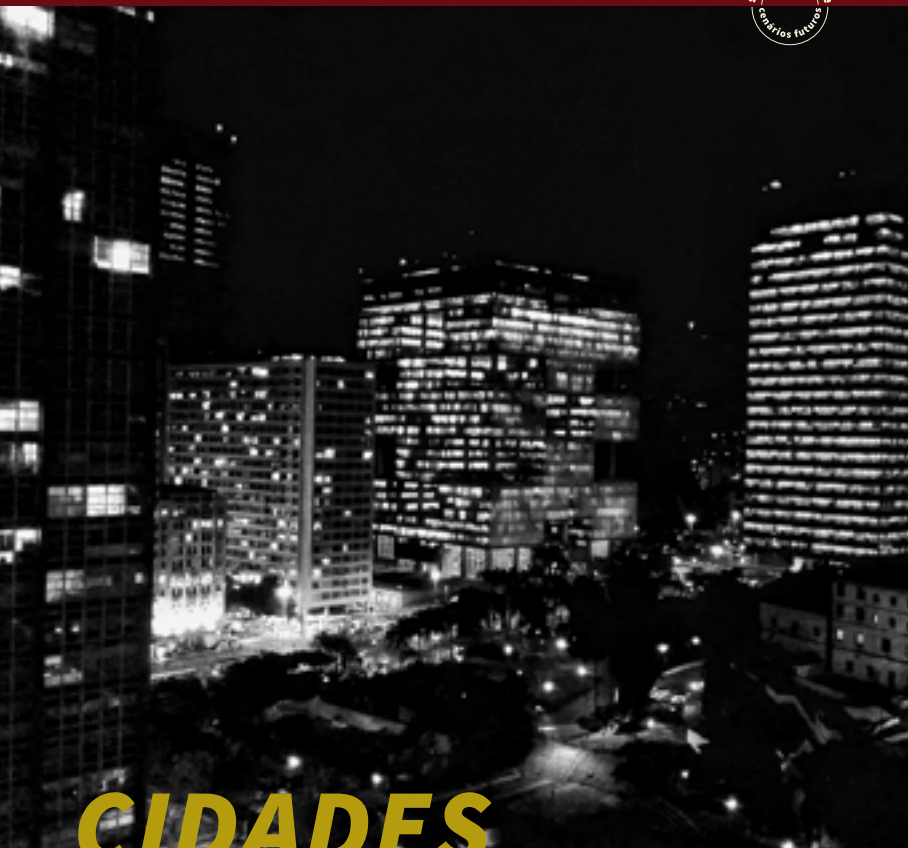


Marcos Paulo Ferreira de Góis



CIDADES INSONES

ritmos da vida cotidiana
em um futuro próximo

Cidades insones



UFRJ
faz **100**
ANOS
1920 | 2020

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Reitora

Denise Pires de Carvalho

Vice-reitor

Carlos Frederico Leão Rocha

*Coordenadora do
Fórum de Ciência
e Cultura*

Tatiana Roque



Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro

Diretor

Marcelo Jacques de Moraes

Diretora adjunta

Fernanda Ribeiro

Conselho editorial

Marcelo Jacques de Moraes (presidente)

Cristiane Henriques Costa

David Man Wai Zee

Flávio dos Santos Gomes

João Camillo Barros de Oliveira Penna

Tania Cristina Rivera

Marcos Paulo Ferreira de Góis

Cidades insones

ritmos da vida cotidiana em um futuro próximo

© 2021 Marcos Paulo Ferreira de Góis

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Processamento Técnico SIBI-UFRJ

G616c Góis, Marcos Paulo Ferreira de
Cidades insones: ritmos da vida cotidiana em um futuro próximo
/ Marcos Paulo Ferreira de Góis – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2021.
124 p. ; 12 x 18 cm. (Coleção Saberes do presente, cenários futuros)
Bibliografia: p. 113-121.
ISBN: 978-65-88388-43-3
1. Sociologia urbana. 2. Cidades e vilas. 3. Vida urbana. I. Título.

CDD: 307.3364

Coordenação editorial

Thiago de Moraes Lins

Maíra Alves

Preparação de originais

Paula Halfeld

Revisão

Josette Babo

Sonja Cavalcanti

Capa, projeto gráfico e diagramação

Ana Carreiro

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FÓRUM DE CIÊNCIA E CULTURA

EDITORA UFRJ

Av. Pasteur, 250, Urca

Rio de Janeiro, RJ – CEP 22290-902

Tel./Fax: (21) 3938-5484 e 3938-5487

www.editora.ufrj.br

LIVRARIA EDITORA UFRJ

Rua Lauro Müller, 1A, Botafogo

Rio de Janeiro, RJ – CEP 22290-160

Tel.: (21) 3938-0624

www.facebook.com/editora.ufrj

Apoio:



Fundação Universitária
José Bonifácio

SUMÁRIO

Introdução: que futuro para as cidades?	7
Noite e dia	15
Escalas e zonas	37
Formas e ritmos	63
Lugares, territórios e públicos	89
Palavras finais	109
Referências	113

INTRODUÇÃO: QUE FUTURO PARA AS CIDADES?

“Bruxas e feiticeiros reuniam-se à noite”, indica Carlo Ginzburg (2012) em sua investigação das narrativas sobre o Sabá. Assim parece ter sido avaliado esse momento do dia, sob o véu da obscuridade e do medo, como esconderijo da transgressão da ordem civilizatória, habitado pelo mal e pela oferta de desvios morais. Para os cidadãos respeitáveis a noite era período de recolhimento e de descanso. Com eles dormia a cidade, recolhida ao silêncio e à escuridão das ruas vazias.

A ideia de cidades que não dormem é recente. Ela deriva do encontro de uma nova racionalidade, moderna, que produziu, ao mesmo tempo, uma forma de ser urbano e uma nova tecnologia urbana. Não é mera coincidência que esse momento case com a expressão “Iluminismo”. Ele é a demonstração de que novas luzes iluminam as mentes de indivíduos, seja para mostrar caminhos intelectuais, seja para orientar percursos no espaço. A luz é a metáfora que funda a ideia de cidade moderna e, com isso, a possibilidade de uma vida que se estende para além dos horários de trabalho diurno.

O exercício de imaginar cidades que operam continuamente, 24 horas por dia, é mediado pela nossa experiência pretérita com esse tipo de organização econômica e cultural da vida urbana. Temos apenas uma breve e descontínua memória de cidades que não dormem, como detalhadamente aponta a tese de Jennifer Lee Johnston (2002). A criatividade reside, portanto, em criar cenários futuros, onde mais cidades se integrem em uma rede urbana global que não se limita aos fluxos de informação, mas que opere, de fato, em todas as dimensões da experiência humana, 24 horas por dia. Esse exercício é relativamente complexo, visto que apenas muito recentemente observamos as primeiras experiências de criação de cidades que não dormem.

A primeira implicação desse exercício criativo é a avaliação do peso que os ciclos circadianos exercem sobre a organização das atividades humanas ao longo de um dia. Ciclos circadianos são comuns a praticamente todos os seres que habitam a Terra. Russell Foster e Leon Kreitzman (2017) apresentam esse tema de forma bastante clara ao explicar como o nosso relógio biológico opera em um ritmo que acompanha o movimento estelar e atmosférico do planeta. Estamos, de fato, em uma conexão permanente com o nosso ambiente, por meio do nosso corpo, da nossa estrutura biológica. O meio natural ainda dirige em boa medida nossas atitudes e nossos comportamentos como habitantes da Terra, mesmo que seja apenas na organiza-

ção diária das nossas atividades mais banais, como dormir e se alimentar.

Somos, assim, orientados pelo nosso relógio biológico, que marca a passagem do tempo e afeta nossos sentidos e as experiências que temos com o mundo ao redor. Não há, no entanto, uma resposta clara sobre os efeitos sociais das manifestações dos nossos ritmos naturais, ou melhor, sobre o modo como a nossa vida social moderna altera, negocia, reproduz ou reprograma o nosso relógio biológico. Sabemos, contudo, que nossa produtividade como indivíduos depende de momentos de descanso, de horas de sono e de períodos de não trabalho. E é exatamente aqui que residiria a primeira barreira para se pensar sobre as cidades que não dormem. Se, como indivíduos, precisamos de horas de descanso, as cidades também não necessitariam de horas de manutenção das suas atividades cotidianas? A cidade poderia ser pensada como um organismo vivo, como fizeram urbanistas nos primeiros anos do século XX? A cidade deve descansar também ou podemos abandonar essa analogia de uma vez por todas?

Há duras críticas à ideia de sociedades e de cidades que não dormem, que funcionam 24 horas por dia, incessantemente, sem pausas, com longas jornadas de trabalho. Talvez o maior crítico da ideia de sociedades 24/7 seja Jonathan Crary (2014), que afirma se tratar de uma iniciativa que visa, no auge do capitalismo tardio, eliminar, inclusive, as horas de descanso dos trabalhadores. Para

ele, sociedades que não dormem significam sociedades que não deixam seus trabalhadores dormirem, seja por meio de inovações medicamentosas que prometem reduzir a necessidade de sono e aumentar a disposição para a realização de tarefas, seja a partir da criação de uma idolatria ao trabalho, que faz com que pessoas morram em seus empregos, literalmente.

Buscar meios para fazer seres humanos trabalharem até a exaustão seria o desejo de um regime totalitário ou de um capitalismo catastrófico que, almejando o lucro e o controle acima da saúde e do bem-estar da humanidade, produziriam cada vez mais rupturas perante o sentido humano da existência social. O argumento vai ao extremo para fornecer a imagem de uma sociedade global escravizada por um trabalho sem fim, controlada por regimes de exceção, tecnologias de vigilância e pílulas para não dormir, de modo a manter os corpos sob o domínio tirânico de governantes e empresários inescrupulosos. Seria uma sociedade vencida pelo cansaço, pela competição e pela necessidade de morrer trabalhando e de ser superprodutivo. A motivação viria não só dos controles biotecnológicos, mas de um aparato moral e valorativo do trabalho e da competência. O meio seria, em suma, dotado de tecnologias de vigilância, de controle e de repressão.

Essa imagem é, no entanto, exagerada por diversas razões. Casos particulares, em contextos específicos, tornam-se demonstrações do que nos aguarda em um futuro próxi-

mo; ocorrências isoladas sinalizam situações extremas e condições precárias de vida, para além das possibilidades concretas atuais; e notícias criminais reúnem toda sorte de consequências que estariam em vias de aparecer. Criam-se imagens da tragédia: pessoas sucumbindo fisicamente ao desgaste, morrendo em fábricas, escritórios e ruas das cidades. Muitos tiram a própria vida. Os que sobrevivem vagam tristes e sem perspectivas entre casa e trabalho, frustrados por uma vida sem importância. Tais imagens são poderosas e ganham especial adesão daqueles que se veem oprimidos em um ambiente social aparentemente rarefeito, que não deixa alternativas viáveis para a busca de um sentido maior da vida, individualmente ou em sociedade. Não é incomum que se acredite em tal narrativa, pois ela apresenta um futuro plausível, especialmente quando se vê no presente um crescimento das repressões, desigualdades e exclusões. Mas esse é somente um ponto de vista sobre o problema.

Há um mérito nesse tipo de narrativa “apocalíptica”. Argumentos do tipo *reductio ad absurdum* ajudam a tratar de aspectos que normalmente tendem a ser ignorados pela expectativa positiva de uma reordenação social ou das cidades. Eles têm uma função: apresentam uma emergência latente, que dá visibilidade aos problemas atuais e aos possíveis rumos desastrosos a que estamos expostos. O diagnóstico de que vivemos em condições precárias de civilidade, em meio a uma extrema desigualdade social e

espacial e a disparidades econômicas que reforçam as cisões entre os humanos, é um ponto de partida fundamental. É crucial que também sejam pesados os desafios sociais de uma sociedade que não dorme. Afinal quem não dormirá, ou melhor, quem será convocado a ter hábitos noturnos nesse novo tipo de organização social? Como isso afetará a vida dos já precarizados trabalhadores da era Uber? E o lumpemproletariado, que papel terá em uma sociedade que não dorme? São questões legítimas e que despertam um sentido ético para a ideia de cidades 24/7.

De todo modo, os casos isolados de modelos ditatoriais, com suas prisões e formas de tortura, os projetos de vigilância permanente que não saíram do papel assim como toda uma literatura distópica de um futuro trágico não podem servir de justificativa para se considerar a ideia de cidades que não dormem como uma impossibilidade ou somente como a coroação da crueldade humana em uma nova forma de escravização do povo. É a esse ponto que se apega este pequeno livro.

Como podemos pensar em cidades que não dormem dentro de um quadro de desigualdades sociais, econômicas, espaciais e laborais? Que aspectos devemos elucidar para conceber uma cidade que não durma, mas que possa ser, ao mesmo tempo, mais justa, limpa, integrada, organizada? Isso não significa entrar em defesa de um argumento oposto, coroado por um otimismo banal, cravejado por incoerências históricas e propostas modestas. O que se

quer é dar visibilidade a um aspecto das nossas vidas cotidianas que tem sido negligenciado: a vida noturna.

Essas perguntas são particularmente importantes porque hoje há poucas cidades que podem ser qualificadas como 24/7. Faltam estudos sistemáticos que possam ser comparados, avaliando o que, de fato, opera 24 horas por dia em cada cidade. Em boa medida, o que é assim classificado se reduz a atividades de lazer e de entretenimento noturno, ligadas ao retorno da vida cultural urbana aos centros decadentes (Heath, 1997). Em princípio essas questões são discutidas no contexto das metrópoles, onde se observa diariamente um fluxo repetitivo e recorrente entre periferia e centro. Trata-se da monótona rotina de engarrafamentos, aglomerações e lutas por espaço que vemos diariamente ditar o ritmo da cidade grande. Por outro lado, é essa mesma cidade que exhibe noites e madrugadas silenciosas, vazias e escuras.

Pensar em cidades que não dormem exige pensar em suas escalas e em seus relacionamentos em rede, assim como na própria articulação interna entre zonas, polos ou áreas. A situação geográfica da cidade e o seu papel na rede urbana e nos fluxos regionais são, portanto, elementares. Assim, é importante examinar a cidade e sua conexão espacial com outras cidades, seu papel em uma rede que se articula e se fragmenta em uma cadeia de atividades operantes 24 horas por dia.

Podemos finalmente chegar ao mote deste texto. Gostaríamos de com ele apresentar um sentido radical para a ideia de uma cidade que não dorme ou que vive 24 horas por dia, 7 dias por semana. Esse sentido radical engloba mudanças tanto em termos de uma nova espacialidade da vida social urbana, quanto de uma reorientação na forma de se pensar a cidade a partir de seus ritmos, o que implica, também, uma nova forma de organização das temporalidades. Não se está falando, portanto, somente de ampliar atividades de lazer e de entretenimento cultural para o período noturno; nem sequer de recuperar apenas os centros urbanos decadentes para o turismo e a vida noturna. Trata-se de uma transformação de todo o espaço urbano, dos sistemas de transporte público, da política de segurança pública, da oferta de postos de trabalho e até mesmo das ideias de lazer e de trabalho envolvidas no processo histórico de avanço da fronteira social sobre a noite. Em razão disso, três ideias radicais orientam as discussões apresentadas neste livro: a reorganização das temporalidades de todas as atividades urbanas em múltiplas operações que ocorram 24 horas por dia, incluindo mudanças no mundo do trabalho; a reestruturação do espaço urbano com a descentralização de atividades comerciais e de serviços em novos polos e subcentros; e a coordenação de todo o processo a partir de uma institucionalidade própria, responsável pelo controle e pela gestão dos ritmos urbanos.

NOITE E DIA

No momento em que escrevo este livro enfrentamos um período de quarentena e de isolamento social em todo o mundo devido à disseminação da Covid-19. Indústrias, comércios, sistemas de transporte e cidades inteiras foram fechados e as pessoas colocadas em estado de espera até que a curva de contaminação seja reduzida e a vida, aos poucos, volte ao seu ritmo “normal”. É nesse exato momento que escrevo sobre cidades que não param, que não dormem e que vivem até mais tarde. Tal era a realidade da economia e da vida urbana até poucos dias atrás: vivíamos a expansão do trabalho e das atividades de lazer para além das horas de sol, avançando pela noite e caindo lentamente durante a madrugada. Poderíamos até mesmo afirmar que seguíamos em direção à consolidação de um mundo que funcionava 24 horas por dia, 7 dias por semana, para o qual as políticas públicas de diversas cidades no planeta pareciam convergir.

A existência de lugares que operam dia e noite não é, no entanto, comum à história das cidades. Ainda que relatos de atividades noturnas possam ser encontrados

no passado das principais cidades, ações para além dos horários tradicionais de circulação e de trabalho são raras em nossa breve história urbana. Mesmo considerando apenas um quadro recente, veremos que poucas cidades manifestaram o desejo de ampliar suas atividades para além do período diurno. De fato, a experiência urbana se desenvolveu até aqui majoritariamente durante o dia, e a noite permanece ainda sob um véu cultural que a torna um espaço-tempo misterioso e propenso a ações transgressivas sobre uma suposta ordem diurna. Assim aparecem muitas imagens, relatos e mitologias da noite como um espaço-tempo vazio, silencioso e perigoso.

É curioso notar que com as ruas vazias durante o período de quarentena, mesmo ao longo do dia, a sensação de vazio se expande, revelando desconforto e desconfiança em relação aos encontros sociais. Ao que tudo indica, é essa sensação de esvaziamento social que tem gerado boa parte da ansiedade quanto à vida noturna nos espaços públicos das cidades. A noite aparece, portanto, como um espaço-tempo ambíguo, que gera expectativas de encontros prazerosos ou de conflitos com o desconhecido. Essa dualidade é, ao mesmo tempo, idealizada por uma radical oposição ao período diurno, o que é reforçado por diversas metáforas que avaliam os limites entre os comportamentos e os significados associados à noite e ao dia. Como exemplo, temos a própria ideia de iluminação como oposição às trevas, que descreve valores associados à inteligência,

à beleza e à virtude e que, finalmente, ajudou a nomear um período de celebração da racionalidade como forma de acesso ao conhecimento.

Essa organização do espaço e dos ritmos de cada cidade tem sua história. Cada cidade apresenta um contexto particular de absorção do noturno em sua vida cotidiana; entretanto, de forma geral, trata-se de um processo de supressão do tempo de recolhimento e de descanso por uma paulatina ocupação com atividades de trabalho e de lazer.

É o avanço da fronteira civilizatória sobre a noite que esteve sob a atenção de historiadores das cidades e de sociólogos, como Murray Melbin (1987), que descreve a noite e a compara à fronteira territorial conquistada pela longa marcha para o Oeste americano. Desses primeiros dias de ocupação da noite, chegamos a um momento em que a ideia de cidades que não dormem e de uma economia noturna é comum e está de alguma forma incorporada às ações de governos em toda parte do planeta, como já apontava, em 1995, Franco Bianchini.

Embora o fenômeno seja reconhecido como parte da vida social urbana, a preocupação acadêmica com o tema é ainda muito recente. Foi somente a partir dos primeiros estudos sobre o assunto por Melbin (1978, 1987) que houve um lento esforço acadêmico para apresentar novos pontos de vista sobre as práticas sociais nas cidades durante a noite. Esse renovado interesse também tem se expan-

dido para o urbanismo, que, a partir da década de 1980, se propõe a pensar outra cidade, delimitada pelo interesse noturno, na forma de um urbanismo luminoso, como sugere, por exemplo, Roger Narboni (2004). Nesse caso, a cidade noturna poderia ser planejada segundo novos princípios, orientados pela iluminação dos espaços e por um zoneamento de atividades (Van Santen, 2006).

Os agentes responsáveis pela criação e execução de políticas públicas para as cidades também têm investido, ao menos desde os anos 1970, em projetos de melhorias urbanas para facilitar o uso noturno, especialmente em relação aos aspectos de segurança e de ordenamento pertinentes à recuperação econômica de áreas centrais. Jordi Nofre e Adam Eldridge (2018) reuniram algumas dessas iniciativas em cidades de todo o mundo, destacando, inclusive, medidas de regulação das atividades e de incentivo a certas formas de lazer noturno estabelecidas por essas políticas, que revitalizaram, assim, as antigas formas de regulação da noite a partir de mecanismos novos.

A articulação entre os diversos interesses que contextualizam as ações durante a noite fez com que uma profusão de estudos emergisse e que as intervenções produzidas nas cidades, por meio de planos diretores e projetos de revitalização, se tornassem hoje um ponto de inflexão para urbanistas, arquitetos, historiadores, sociólogos e geógrafos interessados nas cidades. Alguns exemplos podem ser encontrados no dossiê “Nuits et lumières”, publicado em

Les Annales de la Recherche Urbaine, em 2000; no dossiê “Urban night”, publicado pelo *Journal of Urban Research*, em 2015; ou em “The nocturnal condition, night manifesto”, lançado em 2014, para pensar a cidade de São Paulo.

A noite é uma fronteira

A noite como um problema social tem uma história mais antiga, como indica Luc Bureau em livro publicado em 1997. Mitologias, intervenções e contos foram elaborados sobre esse momento da vida cotidiana, reforçando estereótipos de seus habitantes e estabelecendo limites para a vida social. Relatos da criação de mecanismos de proteção para bens privados e de guarnições policiais para o controle dos comportamentos em logradouros públicos remetem, pelo menos, à Antiguidade, como afirmou Roger Ekirch, em 2006.

Imaginários foram criados sobre a noite nas cidades, e o medo de encontros se tornou parte do contexto social, em épocas em que a noite parecia subverter as regras estabelecidas para a vida em sociedade, como afirma Bryan Palmer (2000). Craig Koslofsky (2011) apresenta inúmeras histórias de conflitos noturnos e de deslumbramento com os encantos que a noite produzia nos habitantes de cidades europeias nos séculos XVII e XVIII. Em relação ao século XIX, Chris Otter (2008) investiga todo o fascínio e desconforto dos cidadãos no tocante à iluminação de ruas,

palácios e restaurantes nas práticas de lazer, de trabalho e de encontros sociais.

Resumidamente, a noite passou a ser o espaço-tempo relacionado aos comportamentos transgressivos, em uma oposição radical ao período diurno, como sugere Robert Williams (2008). É daí que ela surge como um problema social, a ser detalhadamente pensado, controlado, organizado, classificado e esmiuçado para que nele se possa intervir. Trata-se da noite como um momento da vida social, nos espaços públicos das cidades, como meio habitado, conforme sugeriu o geógrafo Luc Gwiazdzinski desde os primeiros anos da década de 2000.

A busca pela ordem durante a noite constituiu uma das principais medidas públicas de governança urbana. Wolfgang Schivelbusch (1987) faz uma longa jornada sobre a história e a sociologia da tecnologia na Europa continental nos séculos XIX e XX, apontando esse lugar comum no qual a iluminação servia aos interesses da vigilância e do controle social. Ao mesmo tempo, a quebra de lanternas era uma manifestação pública de transgressão ao ordenamento constituído que significava a sublevação do poder. Essa atitude rememorava as revoltas contra o Antigo Regime no contexto francês e visava criar um blecaute em toda a cidade, tornando os insurgentes invisíveis e indiferenciados. Assim, era possível reduzir a capacidade de individuação e de controle por parte das autoridades de Estado.

O fim do século XIX e o início do XX parecem constituir também um momento de ruptura para o urbanismo de modo geral e para a noite em particular. De acordo com Lewis Mumford (1998), esse seria o tempo em que as principais transformações urbanas entraram em ação, seguindo critérios arquitetônicos que planejavam cidades mais saudáveis, com a abertura de grandes vias e a reformulação do plano medieval que ainda prevalecia em grandes cidades europeias. A iluminação artificial das cidades é um dos elementos centrais; porém, a criação de mecanismos de controle do tempo de trabalho, a separação entre as atividades laborais e de lazer e a atuação de sindicatos e governos na legislação trabalhista exercem também um papel significativo nesse período, o que David Nasaw (1993), de forma assertiva, aponta em seu livro sobre as diversões públicas e os parques temáticos criados ao longo do século XX.

O que se quer afirmar é que alguns problemas relacionados à vida urbana durante a noite ainda permanecem como parte do cotidiano das cidades. A apropriação do espaço no período noturno, a ocupação das áreas públicas urbanas, o ordenamento das condutas, a regulação da iluminação pública e a confecção de espetáculos luminosos são ainda aspectos que concernem à noite como espaço-tempo social. Atualmente, autores como Sandra Fiori (2008) e Ulrike Brandi e Christoph Geissmar-Brandi (2007) avaliam e propõem novas arquiteturas luminosas,

novas formas de percepção e de uso do espaço público à noite, novas relações com o lugar, novas formas de geração de diversidade e de estímulo à interação, etc. Nesse sentido, a noite continua sendo um problema social, e o debate sobre as limitações e potencialidades que se abrem cotidianamente para a ampliação da vida pública é fundamental para pensarmos cidades que não dormem.

A noite é um domínio social

Desde 1978, quando Melbin propôs a ideia de que a noite poderia ser vista como uma fronteira de colonização, novas pesquisas vêm buscando dar visibilidade ao fenômeno de abertura social para as atividades noturnas. A metáfora da conquista territorial serviu para postular uma conquista do tempo pela civilização. De um espaço-tempo quase selvagem e desconhecido, a noite passaria a ser também ocupada pelas rotinas do trabalho e do lazer moderno, dotando-se de uma urbanidade e de uma civilidade renovadas. Com a expansão dos territórios e sua apropriação econômica e social, restaria a noite como espaço-tempo a ser preenchido pelas necessidades do comércio, da produção e do entretenimento. Esse seria o caminho a ser trilhado pelas sociedades modernas no limiar do século XX, segundo boa parte dos autores até aqui mencionados. Isso se daria ao desafiarmos a ideia da noite como fenômeno apenas natural e oferecermos uma

imagem renovada das cidades e de suas diversas noites como fenômenos sociais ou culturais.

A noite como fenômeno da natureza é uma marcação recorrente da passagem dos dias. Ela influencia o comportamento biológico dos seres e atua sobre sua forma de interagir com o ambiente. Tudo isso já foi visto quando falamos sobre os ritmos circadianos: sentimos a sua chegada pela suavização da temperatura, pela brisa marítima nas áreas litorâneas, pelo som dos pássaros nas áreas florestadas. Além das sensações que a chegada da noite desperta em nossos corpos, podemos ver o seu impacto nas paisagens, pois se trata de um fenômeno que estabelece uma ruptura visual. Sabemos o que é noite por aquilo que aparece e desaparece ao nosso olhar. Ela é uma evidência visual. Assim, os seres se adaptam e se organizam perante a disponibilidade de luz. Alguns tomam a ausência de luminosidade como um sinal de que devem repousar e se abrigar; outros adquiriram ao longo do seu processo evolutivo a capacidade de se movimentar durante a noite. De fato, o ritmo circadiano é orientado pelo contínuo fluir do tempo cotidiano, pela alternância entre dia e noite, como já indicava Henri Lefebvre em seu livro póstumo de 1992.

A noite não é, contudo, um fenômeno meramente natural para o ser humano. Nós desenvolvemos a capacidade de nos mover e de atuar durante o período noturno com relativa perspicácia há algumas dezenas de milhares de anos. Em sua *História da cidade*, Leonardo Benevolo

(2009) pontua em diversos momentos a humanização do meio, desde as primeiras fogueiras e tochas do homem pré-histórico, passando pelos lampadários colocados nas entradas das igrejas, até as lamparinas, lanternas e lâmpadas criadas para o transporte da luminosidade pelas ruas das cidades modernas. As excursões pela história das noites do passado, realizadas por Christopher Dewdney (2005), revelam-nos o caráter mundano e também cultural associado à abertura de trilhas e caminhos noturnos em cidades medievais, ao descobrimento de novas rotas e novos divertimentos nas florestas, à superação de obstáculos selvagens e ao encontro social em tavernas e esquinas mal-afamadas.

Os ritmos circadianos seguramente desempenham um papel na vida cotidiana dos seres vivos, mas não são elementos explicativos em si. Há também os ritmos sociais que afetam a forma como interagimos e compreendemos a vida social. O ritmo social depende dos contextos espaciais em que estão inseridos. Há cidades que parecem não descansar, operando sistemas de comunicação, de transportes e de saúde durante 24 horas. Há outros lugares que praticamente adormecem, caem em profundo silêncio antes da meia-noite.

Na leitura de Gwiazdzinski (2005), a noite apresenta um ritmo social que varia conforme a densidade populacional e os fluxos que permeiam a vida nos lugares. Somente eventos extraordinários, arrítmicos, perturbam a frequência dos movimentos e das ações. As cidades pas-

sam por uma mudança rítmica nos finais de semana, por exemplo, em momentos de condensação e de ampliação dos fluxos dirigidos para as atividades de lazer noturno, que ocupam o tempo antes dedicado ao trabalho ou ao descanso. As temporalidades presentes em cada cidade são, portanto, condicionadas por ritmos naturais e sociais, e a sua pluralidade resulta da própria diversidade social e do modo como esta varia espacialmente.

A noite demarca espaços

Não se pode ignorar que a ampliação de atividades para o período noturno é um desafio. Isso exigiu que muitas inovações tivessem que ser produzidas e melhoradas ao longo dos anos. A noite é inegavelmente um limite natural; nesse período não vemos as coisas da mesma forma que as vemos durante o dia. A iluminação natural produz uma sensação diferente em nossa visão: vemos melhor os objetos, enxergamos a uma distância mais significativa e traçamos melhor as rotas a partir de tal observação. Cores, contornos e formas são mais claramente discerníveis.

Durante o período noturno precisamos de outros dispositivos para nos orientarmos em nossos percursos. Isso se deve a nossa falta de acuidade visual para a noite, derivada do processo evolutivo que originou nosso ciclo circadiano, conforme já visto. Somos uma espécie que descansou após o pôr do sol e que trabalhou durante as horas de luz

natural, majoritariamente. Pensar em ações que ocorrem ao ar livre após o fim do dia exigiu que, ao longo da evolução da espécie, criássemos mecanismos que substituíssem, ampliassem e melhorassem as condições de visibilidade para a vida noturna.

Podemos inclusive afirmar que houve uma “necessidade histórica” da noite como tempo social. Isso quer dizer que a organização social demandou que o período noturno fosse incorporado à dinâmica cotidiana da vida em sociedade, não mais como tempo de recolhimento e de descanso, mas como momento no qual as pessoas poderiam se encontrar, interagir, criar novas atividades ou fazer coisas que antes só faziam durante o dia. Com os mecanismos adequados seria possível sair das habitações e caminhar pelas estradas e ruas, encontrar vizinhos em praças, bares e teatros. Reuniões políticas, manifestações, bailes e festas em salões poderiam ocorrer no momento de não trabalho. A noite passa a ser um momento de ampliação da vida social, um refúgio antes de se voltar para a casa, um espaço-tempo de encontro.

Para a noite se tornar um espaço-tempo social foi necessário que um grande esforço técnico e científico fosse colocado à disposição. O investimento direto na produção de soluções luminotécnicas e na invenção de mecanismos eficientes de emissão de luminosidade artificial teve um papel central nesse processo. De certa maneira, como afirma Gwiazdzinski (2005), a noite como tempo social resulta da

criação de espaços públicos noturnos, iluminados inicialmente pelas chamas da queima de óleos e de gás e, depois, pela queima dos filamentos de diferentes materiais em lâmpadas e lanternas. É fascinante imaginar que, entre o fim do século XVIII e meados do século XIX, uma centena de dispositivos e de sistemas de iluminação pública tenha sido criada em diferentes cidades e que, a partir de então, multiplicou-se o número de espaços privados e públicos com iluminação artificial, o que ajudaria a ampliar o uso da noite e os limites da vida social e econômica das cidades. É importante reafirmar: o espaço urbano precisou ser pensado para acomodar a vida diurna e noturna.

A passagem de um período de relativa escuridão a outro marcado pela intensa busca por soluções tecnológicas para iluminar as cidades modificou também a maneira como se via a noite no quadro social mais amplo. Especialmente nas grandes cidades, a circulação de pessoas após o horário regular de trabalho fez com que novas atividades de lazer e de entretenimento aparecessem e se tornassem parte do quadro social. Algumas das atividades derivaram, inclusive, de pesquisas em áreas como ótica, química e eletrotécnica. Esses avanços permitiram que máquinas fotográficas, projetores, cinematógrafos e outros inventos fossem aos poucos assimilados às práticas de lazer noturno das grandes cidades. A passagem do século XIX para o XX marca exatamente essa transição entre um mundo social diurno para uma nova fase, na qual os limites naturais impostos

pela escuridão seriam superados por invenções movidas a carvão, gás, óleo e, sobretudo, pela eletricidade. Assim, é possível afirmar que tais tecnologias operaram, inclusive, uma mudança cultural, uma transformação na forma de entender e de ver a noite, a cidade e a vida cotidiana.

Com as mudanças nos espaços físicos, as melhorias estéticas e o aprimoramento da iluminação artificial, além de avanços na consolidação de atividades de lazer e de entretenimento noturno, um desdobramento pode ser notado sobre os espaços abertos das cidades. Tais lugares passam a absorver a circulação de pessoas à noite e, mais do que isso, a sua permanência em áreas abertas, especialmente em noites quentes, durante o verão, quando passeiam pelas avenidas, bulevares, parques e praças iluminados e reformulados pelo então nascente urbanismo. O desenvolvimento técnico é, assim, amalgamado ao desenvolvimento de uma inteligência, de um saber que quer captar, organizar, classificar e operar dados sobre a cidade. As informações analisadas são aspectos importantes para a formação desse saber. Conhecer as tecnologias e os meios de intervenção é parte do princípio que instaura uma lógica de interferência sobre os espaços públicos. A sociabilidade durante a noite precisaria ser estimulada para gerar maiores rendas comerciais, maior consumo, maior segurança para o público e maior vigilância por parte dos agentes públicos.

Conhecer a cidade e os lugares que representavam algum perigo para a população era parte de um processo

de mapeamento de riscos. A segurança tornou-se, assim, um objeto central para a governabilidade urbana também durante a noite. Por isso, como vimos, as primeiras medidas de iluminação pública estavam a cargo de repartições policiais e eram administradas por instâncias e superintendências que buscavam ordenar o espaço público das cidades por meio da disposição de aparelhos luminosos.

Garantir a correta visibilidade para a circulação de pessoas e para a observação umas das outras se tornou parte de um projeto de ordenamento e controle urbano, incluindo assim a iluminação artificial em um sistema de gestão das cidades, desde os primeiros anos do século XIX e em diversas áreas do mundo. Em alguns casos, as medidas abrangiam a criação de grandes faróis que reproduzissem a luminosidade natural do sol, varrendo as ruas das cidades, como no muito citado projeto das prisões de Bentham, o Panóptico. Poucos projetos como esse foram executados em razão dos altos custos e do pouco aproveitamento do recurso, devido, sobretudo, à grande quantidade de sombras projetadas pelos dispositivos. As soluções luminotécnicas tenderam a privilegiar ações mais localizadas, orientadas para objetivos específicos e mais bem articulados com os usos das áreas urbanas. Nesse ponto as preocupações com a segurança física se cruzariam com os anseios do comércio e com as ações empresariais nas cidades.

A iluminação artificial se consolidou como forma de gestão urbana e, ao mesmo tempo, como mecanismo de ampliação e divulgação das atividades comerciais e dos

serviços de entretenimento. Além das funções administrativas, comerciais e financeiras comuns às cidades, a iluminação de vitrines, palcos, salas, calçadas, entre outros espaços, estimulou a produção de uma imagem de cidade noturna, adornada pela luminosidade artificialmente produzida. A função turística da cidade floresce a partir da criação dessa imagem de cidade vital, sempre desperta, com suas luzes coloridas que iluminam as fachadas dos prédios, os corredores de veículos e os espetáculos teatrais.

O deslumbramento causado por essas luzes sobre os visitantes do interior é uma narrativa conhecida na história da cidade e da vida noturna ocidental, como indicaria Scott McQuire (2004). Até mesmo hoje podemos ouvir canções e assistir a peças cinematográficas que reforçam esse apelo visual da cidade luminosa para contar histórias sobre um novo modo de habitar. Para se pensar nas espacialidades de uma cidade, ritmos e materialidades precisam se encontrar em lugares. Por isso as nossas cidades precisam encarar alguns desafios neste princípio de século.

A noite e seus desafios

Habitar cidades que não dormem, que se mantêm acesas e vibrantes durante a noite, pode significar também que novos desafios tenham que ser encarados: mudanças no ritmo circadiano, na vida social, nas formas de consumo, na maneira como e quando circulamos pela cidade, na operação e na manutenção de nossos sistemas bancários,

informacionais, móveis, etc. Ao mesmo tempo, as barreiras fornecem uma possibilidade de se repensar a urbanização e o *habitat* dos cidadãos. O que se exige é uma mudança do olhar sobre a cidade, o qual inclua de vez o fato de que a cidade é uma acumulação de tempos e de temporalidades distintas que se desenrolam simultaneamente no espaço. Em virtude disso, é fundamental que se diga que há ainda barreiras para a ampliação das atividades noturnas e que esses desafios se abrem hoje para o futuro.

O primeiro desafio está relacionado à questão da segurança e às limitações impostas pela sensação de perigo nas cidades. Esse é um fator particularmente central e que está presente em nosso cotidiano, especialmente nas grandes cidades do país. A ideia de segurança repercute diversas dimensões: podemos falar de segurança física, patrimonial, sanitária, financeira, etc. Aqui falamos mais diretamente sobre a segurança ligada à circulação e à permanência de pessoas nos espaços públicos das cidades. A primeira e fundamental barreira para a ampliação das atividades noturnas está ligada, portanto, àquilo que chamamos de segurança pública.

A percepção de insegurança é um fator expressivo quando se trata da vida urbana, quando falamos de atividades que ocorrem em logradouros públicos. Sentir-se desprotegido ao circular pela cidade é um aspecto recorrentemente associado ao esvaziamento dos espaços públicos das cidades. Em países como o Brasil, as grandes cidades

podem ser *habitats* hostis devido às expectativas de confrontos violentos quando se está fora de casa. Dados produzidos nos últimos anos para as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo demonstram que em períodos de escalada de crimes há também, em consequência, uma redução no número de frequentadores das atividades noturnas, seja em espaços comerciais privados, seja em espaços públicos. Logo, o aumento da sensação de insegurança leva a uma redução no número de frequentadores de estabelecimentos do setor terciário, especialmente nos ramos do lazer e do entretenimento noturno.

Em muitos casos, as crises na segurança pública refletem ou reverberam crises econômicas ou institucionais. As cidades brasileiras dependem ainda de um forte aparato estatal para a organização da vida coletiva. As prefeituras têm papéis especialmente importantes na regulação, produção e gestão do espaço urbano, assim como os governos estaduais, que atuam com o aparelho de policiamento. Crises derivadas da baixa arrecadação, do gerenciamento inadequado da receita, da corrupção, do desvio de dinheiro público, entre outros fatores, levam a uma cadeia de desinvestimentos e a uma sensação compartilhada entre os cidadãos de que a sua qualidade de vida está sendo depreciada e até mesmo de que a cidade está largada à própria sorte. Esse ciclo desastroso tende a ter consequências na vida cotidiana e no investimento dos cidadãos e dos empresários na própria cidade. É difícil imaginar que em um cenário

de crise institucional haja qualquer ação de incentivo ao investimento privado. Da mesma forma, é pouco provável que os cidadãos decidam se arriscar em ruas quase desertas, inseguras e pouco atrativas.

Outra barreira que tende a agravar ou reforçar os efeitos de uma crise institucional é um colapso na base econômica que afete diretamente o consumo dos trabalhadores. Crises econômicas que compreendem redução de postos de trabalho, desemprego e subemprego tendem a reorganizar o setor varejista e a economia popular. Algumas formas de comércio e de serviços tendem a minguar, e modalidades alternativas, muitas vezes mais simples, podem aparecer como solução barata para os custos de uma noite fora de casa. No caso do Rio de Janeiro, durante a crise econômica que se iniciou a partir de 2013-2014, diversas iniciativas de redução de gastos no lazer noturno foram criadas, como o consumo baseado na compra de bebidas em depósitos a preço mais baixo e a fabricação do próprio drinque em espaço público. Apesar disso, em seguidas matérias de jornais foram apontadas as consequências da crise sobre os empresários da noite, com o esvaziamento de casas de *show*, boates e restaurantes. Mesmo as ruas do bairro da Lapa, no Rio de Janeiro, conhecidas pela vida noturna intensa, passaram por uma fase em que vários estabelecimentos foram fechados.

Crises econômicas e institucionais tendem a exercer um grande papel no enfraquecimento da vida pública de

forma geral e, especificamente, da vida noturna. É difícil imaginar cidades que não dormem quando há um processo de asfixia da própria economia urbana. Contudo, ainda que as coisas estejam caminhando bem, há elementos que podem representar barreiras praticamente incontornáveis. Uma delas é a barreira da (i)mobilidade urbana, a qual, em certo sentido, pode se refletir em uma (i)mobilidade social. Em outras palavras, o aproveitamento do espaço urbano depende fundamentalmente do lugar em que se vive, se trabalha, se estuda e se realiza o lazer. A questão da mobilidade urbana não é, portanto, construída somente a partir do entendimento dos sistemas de transporte público; pelo contrário, a relativa imobilidade é um fator geográfico que envolve a fragmentação do tecido socioespacial urbano, a estratificação geográfica das habitações, o acesso aos meios de deslocamento e a oferta de atividades em outros lugares além do centro urbano.

Tal barreira é constituída, portanto, pelo processo de produção desigual do espaço. Nesse caso, cada cidade é obrigada a lidar com esta limitação de origem: o espaço urbano fragmentado e desarticulado. Para algumas cidades isso significa ter que melhorar os mecanismos de articulação entre as áreas da cidade e planejar estratégias de diversificação dos polos comerciais, por exemplo. No que diz respeito à noite, tal situação geográfica tende a ser agravada, pois há um imperativo diurno que guia a disponibilidade de meios de locomoção, reduzindo as pos-

sibilidades de circuitos à noite ou impondo demorados, custosos e perigosos deslocamentos entre áreas da cidade.

Há ainda casos de cidades geograficamente posicionadas em áreas de climas frios ou severamente condicionadas por períodos que variam entre dias mais longos, com maior presença de iluminação solar, e noites estendidas. Tais fatores – que de forma bem geral podemos agrupar como limites naturais para a vida noturna – são responsáveis por certas práticas que tendem a valorizar o lazer e o trabalho em espaços privados ou residenciais. Nesse caso, os governos das cidades precisam considerar tais aspectos como variáveis na organização do espaço urbano, na disponibilidade de transporte público, no investimento em políticas para a população em situação de rua, na criação de eventos públicos em espaços climatizados, etc. Da mesma maneira, os estabelecimentos comerciais e de serviços procuram se adaptar, buscando meios de atrair os consumidores e soluções alternativas para os períodos de maior frio. Os consumidores também podem mudar seus hábitos de deslocamento e consumo, ativando a vida noturna de forma diferente segundo as estações do ano, o que revela o caráter rítmico da dinâmica urbana em cidades 24/7.

Nesse ponto já podemos dizer que os limites naturais e geográficos não podem ser entendidos de maneira isolada do contexto cultural do qual fazem parte. A escolha sobre realizar atividades ao ar livre ao longo de um dia

diz respeito às formas como socialmente construímos os nossos valores e como damos significados ao mundo ao nosso redor. Há sociedades que valorizam a prática de sair de suas casas para encontrar pessoas em espaços públicos e há outras em que tal prática é secundária. Alguns fatores podem orientar essa organização social em torno da vida noturna, como observamos anteriormente. No entanto, há muitas variáveis a serem pensadas e analisadas por aqueles que se interessam em refletir sobre cidades que nunca param. Nos próximos capítulos, veremos diversos aspectos a serem investigados sobre as cidades 24/7. Tais aspectos são organizados a partir do ponto de vista da ciência geográfica em sua preocupação com a espacialidade dos fenômenos sociais. A cidade é ponderada aqui como um espaço social, assim como noite e dia serão entendidos como sistemas naturais socialmente ressignificados, na forma já amplamente debatida por Ben Gallan e Chris Gibson (2011).

ESCALAS E ZONAS

O que vemos e o modo como vemos derivam de um arbítrio, de uma seleção daquilo a que queremos dar visibilidade. Esse princípio pode ser aplicado a dois conceitos geográficos bem conhecidos: a escala e a zona. A escala nos permite ver em detalhes aquilo que estaria embaralhado nos enredos espaciais complexos da realidade. A zona nos permite classificar áreas segundo critérios, oferecendo, assim, um instrumental para o planejamento.

Há conexões que se estabelecem em diversas escalas geográficas, abarcando o espaço metropolitano, uma região ou mesmo o território nacional. Nesse sentido, a escala que adotamos para observar as cidades revelará diferentes papéis e fenômenos não observados em outras escalas, os quais passarão a ganhar visibilidade. Em razão disso, a observação das cidades revela o seu caráter zonal, delimitado pelas escolhas intelectuais que fazemos, o que se desdobra em novos campos cognitivos, em uma abertura para o conhecimento de outros aspectos que envolvem as operações ocorridas ao longo de um dia. Essa observação atenta, que pode ser realizada na escala das praças públi-

cas, como o fez William Whyte (1980) em Nova York, ou na escala dos grandes quadros regionais, consagrada na perspectiva cultural da geografia do início do século XX, é fundamental para criar a imagem da cidade. É importante reafirmar que as ações desencadeadas por qualquer agente social são mediadas pelas percepções – ou seja, pela imagem – que ele tem da cidade.

No campo da geografia, o conceito de escala é objeto de muitos debates, e sua definição é permeada por algumas imprecisões. Para o leitor de outras áreas, a questão sobre o que é escala pode parecer bem resolvida no âmbito da expressão “a escala é a relação entre o tamanho de um objeto qualquer no terreno e a sua representação gráfica, como em um mapa”. A essa definição podemos associar todo o trabalho da cartografia. No entanto, o conceito, se aplicado a um problema de pesquisa ou a um objeto em vias de ser dimensionado, passa a exigir um exercício de reflexão um pouco mais apurado, visto que não se trata somente de um problema geométrico ou de dimensões.

Antes de ser uma questão ontológica, relativa ao modo como as coisas se organizam em diferentes tamanhos e extensões no mundo, a escala é um mecanismo epistemológico, ou seja, que lida com as formas de aproximação entre o observador e aquilo que é observado. A escala geográfica seria, assim, uma decisão arbitrária que buscaria dar visibilidade a um determinado fenômeno e ao conjunto de variáveis que o constitui. Logo, a escala é um dispositivo

de visualização, que faz aparecer e permite que vejamos com destaque aquilo que colocamos sob nosso escrutínio, sob nosso olhar.

Com isso podemos anunciar nossas intenções. A ideia aqui é utilizar a escala como instrumento analítico para pensarmos as cidades e definirmos ações de intervenção sobre o espaço urbano. A introdução da noite como momento de expansão da vida social urbana produz implicações distintas a partir do momento em que selecionamos as variáveis que exibiremos nas escalas adotadas. Nesse sentido, cada evento precisa ser observado a partir da noção de que há um movimento de escalas. Aproximamos mais ou menos um objeto para que, assim, demonstramos sua importância para cada problema estudado. No caso dos polos noturnos de lazer, por exemplo, podemos enxergá-los como grandes objetos espaciais que possuem unidade interna ou como centros em uma rede hierárquica de lugares noturnos. Para cada escolha, perdemos e ganhamos informações, adicionamos e excluimos variáveis.

Em um sentido bastante restrito, as escalas são mecanismos que nos permitem interpretar o mundo em que vivemos para, assim, atuarmos sobre ele por meio de um objeto intermediário, de uma representação. As representações produzidas não pretendem ser fidedignas ou objetivas, mas guardam referências ao terreno que podem ser reunidas e reorganizadas para usos específicos, como guias de leitura da paisagem, por exemplo. Um mapa de

uso do solo nos fornece um quadro para pensarmos a distribuição das atividades comerciais em dada localidade. Ele não oferece a leitura de tudo que ocorre naquele local, mas apenas de uma fração importante daquela área, que poderá ser posteriormente agrupada a outro conjunto de dados para que se estabeleçam relações e, assim, análises mais complexas.

No fim, são imagens para pensar, como bem diria Paulo Gomes (2017). Elas não retratam a realidade, mas nos permitem interpretar fenômenos que, de outra maneira, estariam encobertos pela abundância de informações que se apresentam no terreno. Aliás, uma certa obsessão cartográfica seria muito bem-vinda para o planejamento urbano-regional, estimulando a reflexão sobre a variação rítmica das práticas sociais em diferentes escalas.

Um sistema de relações espaciais

As escalas nos permitem ver a partir de uma relação de aproximação e de distanciamento em relação a um plano referencial. No entanto, esse olhar que recorta e delimita não exclui as relações espaciais que ocorrem em outras escalas. Pelo contrário, ele orienta a navegação, estabelecendo possíveis nexos que extrapolam a imagem formada. No cinema, isso poderia ser chamado de extracampo: enquanto no campo se dá a interação que orienta a narrativa principal, no extracampo estão ocorrendo outras

ações que também interferem nessa narrativa. Quando estudamos o espaço urbano, frequentemente observamos que um determinado evento mantém, em dada escala, uma coerência lógica com eventos ocorridos em outros lugares e momentos. Estes podem servir como referência ou como fator de reorganização interna para o evento principal.

Vejamos um exemplo: a reabertura do tráfego de veículos nas ruas do bairro da Lapa, na cidade do Rio de Janeiro, em 2014. Em 2009, a prefeitura do município fechou trechos da rua Mem de Sá e da rua do Lavradio ao tráfego de veículos automotores. A medida fazia parte do projeto “Feira Noturna da Lapa” e permitia, dentre outras coisas, a ampliação dos usos das calçadas pelos estabelecimentos e a circulação de pessoas nas ruas após as 19 horas (e até as 4 da manhã). A medida visava aumentar as oportunidades comerciais e resolver o problema da densidade de transeuntes na área. Em sua origem, a ação tentava contornar o problema gerado pelo conflito entre motoristas e transeuntes, que disputavam o mesmo espaço, a faixa de rolamento de veículos. A solução foi produzir desvios e novos trajetos para os veículos na região da Lapa nos finais de semana. Nesse caso, o rearranjo implicou o adensamento dos fluxos em outras ruas e a ampliação das áreas que compunham o cenário noturno da localidade.

Com o tempo, outros conflitos emergiram nas vizinhanças do bairro, com solicitações e reclamações dos moradores junto à ouvidoria da prefeitura bem como ações

dirigidas à câmara de vereadores do município. Nesse contexto, as referências às antigas noites de boemia da Lapa apareceram para justificar o fim (ou a redução) da vida noturna no bairro. Casos em outras cidades, como em Barcelona, foram relatados como exemplos de ações que poderiam ser tomadas pelo governo local. Do conflito se restabeleceu o princípio anterior e as ruas foram reabertas ao tráfego de veículos, reinstaurando os mesmos embates pelo espaço.

O que esse exemplo demonstra é que a noite pode ser observada também como momento político, como espaço-tempo de conflitos, reivindicações e contestações sociais. Assim, podemos compreender a escala como um jogo político, ou então pensar em termos de políticas de escalas, como já sugeriu Kevin Cox (1998). Nesse caso, a escala de observação concentra um conjunto de ações que visam um lugar, a Lapa. Porém, as decisões compreendem um olhar ampliado, que pode incluir a reorganização de linhas de transporte coletivo, por exemplo. As referências ao passado e a outros lugares se constituem como um discurso político na construção do problema público. A visibilidade das ações extrapola, portanto, os limites das próprias ações. A noite da Lapa tomada como objeto de reivindicação, de contestação ou, ainda, de manifestação de um grupo social pode “saltar escalas” e reivindicar uma construção política, levando à apropriação de outras dimensões, como a cidade, o bairro, a rua ou o próprio corpo.

Na cidade do Rio de Janeiro foi possível notar diversas manifestações que tiveram os espaços públicos durante a noite como foco da apropriação social. A dimensão do fenômeno “Lapa” alcançou novos lugares, atravessando níveis escalares diversos por meio de seu significado como lugar da noite carioca. Ao mesmo tempo, o bairro começou a capturar e concentrar fluxos metropolitanos noturnos, incluindo municípios da Baixada Fluminense e da faixa leste da baía de Guanabara. Houve ao mesmo tempo uma mobilização na hierarquia dos lugares de vida noturna e uma ampliação de seu raio de influência simbólica. O sucesso do lugar suscitou também novos debates e ações em escala municipal e metropolitana. Os conflitos entre moradores do bairro, empresários da noite, donos de bares e restaurantes, usuários de drogas, moradores de rua, Estado (representado por policiais e fiscais) e imprensa compuseram uma cena pública em que o lugar tomou o centro do debate sobre a cidade e os comportamentos associados à vida noturna carioca.

Ao ser ativada, a Lapa se tornou o cerne de um fenômeno que incorpora outras escalas, atores e redes. Se, de certo modo, a observação tomou o bairro como escala dos conflitos, a dimensão política dos debates assomou à escala metropolitana, reverberando na própria imagem do local em outros lugares. Se pensarmos nas redes geográficas formadas, veremos o surgimento de novos instrumentos, funções, normas e práticas ligados à regulação

dos comportamentos no bairro da Lapa. Sua importância tornou-se tão eloquente que serviu como um laboratório de experiências para o projeto “Choque de Ordem” da prefeitura da cidade.

A noite da Lapa passou a ser uma referência para as ações desenvolvidas em outros lugares e em outros momentos. Muitas cidades brasileiras fizeram da Lapa um modelo de vida noturna, seja para incentivar, seja para conter as atividades realizadas à noite, que se tornam exemplo, ao mesmo tempo, de vitalidade e de degeneração social. De qualquer modo, esse e outros exemplos reforçam o caráter zonal das práticas associadas à vida noturna e a necessidade de se entender em diversas escalas o papel de uma cidade que não dorme. Tais cidades são, geralmente, referências culturais e econômicas para outras cidades.

Cidades globais, cidades locais

Não causa surpresa ver que muitas cidades conhecidas por suas vidas noturnas agitadas costumam ter associados a si outros títulos, sendo o mais comum o de cidades globais, centros de uma rede global que articula fluxos de toda ordem: econômicos, migratórios, informacionais, etc. A articulação a esse nível escalar global é, inclusive, um dos requisitos definidores de algumas dessas cidades.

A literatura sobre cidades globais e sistemas de cidades é imensa, assim como a controvérsia quanto a sua definição e características descritivas. Esse entendimento apa-

rece desde os anos 1960 com a paulatina adesão à ideia de aldeia global e a incorporação do conceito de globalização no trato da economia mundial. Desde então novos desdobramentos surgiram, sendo especialmente conhecidas as versões de Saskia Sassen (1991), de Manuel Castells (1991) e deste com Jordi Borja (1997). Em resumo, trata-se das grandes metrópoles mundiais que concentram os fluxos e orientam os caminhos da economia e do desenvolvimento da globalização contemporânea. São retratadas como cidades abertas aos avanços da inovação tecnológica, mas, ao mesmo tempo, clivadas pela desigualdade social e pelo subemprego. Nas versões críticas de David Harvey (2006) e de Doreen Massey (2007), são cidades que refletem o caráter contraditório da globalização hoje, representando o vigor e as amarguras do livre mercado.

É praticamente inevitável associar as características das metrópoles globais à ideia de cidades 24/7, mesmo porque há certa coincidência entre as cidades que conformariam cada uma dessas listas. Como nós de uma rede, as cidades globais operam continuamente, ligando-se aos sistemas financeiros, aduaneiros e bancários via tecnologia de comunicações *just-in-time*. Como *players* centrais na economia de mercado, espera-se que atuem na regulação, na manutenção e no ritmo desses fluxos.

Porém, o ponto de vista aqui defendido não se limita à coordenação de fluxos por meio de sistemas informacionais. Esse é apenas um dos aspectos tratados para a reflexão

sobre cidades que não dormem. De fato, as cidades também articulam bens e valores em outros ritmos, mais lentos, menos articulados, mais fixos. Em países como o Brasil, isso é particularmente importante, visto que sua inserção nas redes globais é profundamente afetada pela diversidade regional e social característica do país. Não podemos simplesmente agrupar no mesmo âmbito conceitual cidades como Brasília, Manaus ou Londrina, assim como não podemos ignorar as disparidades internas maiores em cada uma dessas cidades.

A ideia de circuitos econômicos (Santos, 1979) pode ser um eficiente mecanismo de introdução desse problema para pensarmos o Brasil e outros países subdesenvolvidos. A proposta reside em uma análise de dois circuitos – tipos ideais clássicos – que se encontram relacionados por meio de trocas econômicas e de produção. Assim, o circuito superior seria constituído pelas transações bancárias, pelo comércio moderno e de exportação, pela indústria urbana e pelos serviços altamente qualificados. O circuito inferior, por sua vez, seria caracterizado pela fabricação pré-capitalista, pelo comércio varejista e atacadista não moderno e pelos serviços básicos de abrangência local ou regional. Em geral, há uma associação entre esses dois circuitos e os padrões de consumo de classe: as classes mais abastadas tenderiam a consumir significativamente menos nos meios não modernos de comércio e de serviços, no sentido oposto do que é observado nas classes mais pobres.

O espaço dividido é também articulado por esses dois circuitos, que fazem parte do sistema de circulação mais geral do capital. As metrópoles de países subdesenvolvidos concentrariam esse duplo movimento, no qual a oferta de serviços constituída por uma tecnologia de capital intensivo teria que compartilhar o espaço urbano com a oferta de tecnologia caracterizada pelo trabalho intensivo. O espaço dividido ganha, assim, também, uma forma associada. De um lado, é possível observar a formação de estruturas impregnadas de tecnologia de ponta, de prédios inteligentes integrados aos fluxos de informação de forma instantânea. De outro, o que se vê são precários arranjos locais temporários que servem ao consumo rápido e às pequenas trocas comerciais.

As metrópoles que não dormem oferecem um cenário bastante similar. Os escritórios *high-tech* de firmas transnacionais continuam operando em outros mercados. Algumas luzes acesas durante a noite sinalizam um trabalho que não para, em turnos de trabalhadores que acessam as notícias surgidas de toda parte, especulando sobre ações antes da abertura da bolsa de valores. No caso do entretenimento noturno, as casas de espetáculos trazem atrações internacionais, anunciadas com meses de antecedência. O aparato de montagem do *show* envolve inúmeras equipes de trabalhadores, firmas internacionais, acordos com anunciantes e apoiadores, etc. Todo o arranjo é orientado para uma clientela que vem de diferentes lugares do país e adquire

seus ingressos via plataformas *on-line*, as quais mantêm contratos com redes bancárias que operam nacionalmente.

Por outro lado, as metrópoles oferecem oportunidades para outras formas de trabalho e de lazer. Durante a noite, os indivíduos com baixa qualificação ou subempregados encontram nos serviços de entrega, nos sistemas de transporte individual e coletivo, no comércio varejista e nos serviços de alimentação uma oportunidade de trabalho remunerado. O lazer noturno é a atividade que oferece maiores chances de um emprego breve, sazonal e de ocasião. O grande espetáculo internacional abre chances para manobristas, flanelinhas, vendedores de balas, cambistas, barraqueiros, etc. Alguns fazem dessa prática ambulante uma garantia de renda extra sazonal e podem ser vistos seguindo o roteiro dos *shows* da cidade, nas portas de cada casa de espetáculos, oferecendo seus serviços ao preço do momento.

Outro aspecto complementar à discussão é a desigualdade de acesso à infraestrutura básica no caso do Brasil. Nesse sentido, a atuação no mercado também é rigorosamente desproporcional. As diferenças em termos de renda tendem a ser radicalizadas nas metrópoles, especialmente pelo custo da habitação e das garantias de acesso ao mercado varejista. Tais condições de base afetam as cidades brasileiras e serão, também, um desafio para a ampliação da economia ao período noturno. Se esse problema de base social não for ponderado, há um enorme risco

de que a ampliação da economia noturna tenda apenas a reforçar a desigualdade socioespacial e, pior, a estimular o subemprego e a precarização das condições de existência da população.

A questão é simples. O incremento da vida social urbana não é meramente um negócio, mas um estímulo à redução das disparidades laborais, geográficas, sociais e econômicas. O risco é gerar muito entusiasmo pela abertura comercial e esquecer o fundo social em que se baseia o *habitat* urbano. As luzes da cidade devem servir como guias para os ajustes necessários, e não causar uma fotofobia que nos cegaria ao longo do processo.

Um caminho possível é reabitar os centros e os sub-centros comerciais e de negócios da cidade com o intuito de gerar maiores fluxos e concentrações em áreas que à noite costumam ficar praticamente vazias. Com isso há um esforço em cadeia a partir do qual começam a surgir pequenos núcleos comerciais varejistas e áreas de lazer e cultura. Há algumas dezenas de exemplos mal e bem-sucedidos de medidas de revitalização e refuncionalização de centros em todo o mundo. Geralmente, os que ainda se conservam hoje como casos de sucesso foram aqueles que viabilizaram não somente o processo de gentrificação, mas também os de composição de classes e de compartilhamento de setores habitacionais. A criação de uma economia solidária, com reforços positivos colocados em prática pelos governos e agências locais, tendeu a ganhar maior acolhimento comu-

nitário e longevidade. Em tese, aqueles que almejavam uma realocação nas áreas recém-reformuladas pagavam, juntamente com o Estado – diga-se de passagem –, pelos custos de realocação de uma população empobrecida. Por isso, o acompanhamento do mercado imobiliário e o direcionamento das ações estatais devem ser seguidos de perto.

O incentivo à criação de habitações em áreas decadentes, em setores vagos da terra urbana ou monofuncionais, deve ser acompanhado do apoio à descentralização das atividades noturnas. Em praticamente todas as cidades citadas até aqui, essas atividades se encontram pouco dispersas no espaço urbano. As áreas nobres tendem a ser privilegiadas na criação de postos de trabalho noturno. Essa concentração resulta da lógica do mercado que se estabelece nas áreas em que há uma demanda solvável por aquelas atividades comerciais.

Há ainda, no caso da noite, um fator extra: as atividades de entretenimento noturno se associam aos valores sociais atribuídos aos bairros ou ruas em que se localizam. O *glamour* de bairros como Ipanema ou Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, atesta o requinte das casas de espetáculos e boates. O ar boêmio de localidades como a Lapa, no Rio de Janeiro, ou a Vila Madalena, em São Paulo, fazem o mesmo, reforçando o processo de coesão espacial. Criar novos centros noturnos exige, portanto, uma iniciativa de reimaginar os lugares e os seus significados para a cidade. Isso não quer dizer que as pessoas se deslocarão até esses

novos centros, mas há ao menos a possibilidade de gerar diversidade espacial noturna.

Nesse contexto, é interessante o caso do baile de charme realizado embaixo do viaduto Negrão de Lima, no bairro de Madureira, na cidade do Rio de Janeiro. O baile – e o espaço abaixo do viaduto – tornou-se um centro de vida noturna para a cidade e até mesmo um ponto turístico, por ser um tipo de atividade especializada que tinha uma demanda reprimida. Nesse caso, os laços com o passado de toda a Zona Norte como lugar e berço do *funk* e do charme carioca foram reativados para que se pudesse reimaginar o bairro como centro de diversão noturna.

Os movimentos “criativos” têm, de fato, produzido muitos exemplos de ações coordenadas de (re)imaginação espacial. Tais ações podem ser conduzidas pelos empresários da noite, em uma busca por novos lugares, novas fronteiras comerciais, novas oportunidades de bons negócios. As áreas periféricas das cidades podem, assim, ser vistas como lugares potenciais de lucros rápidos, em virtude, especialmente, do baixo custo de refuncionalização urbana. Mas esse movimento pode ser, em alguma medida, orientado por outros agentes, como os governos locais, em ações de dotação de infraestrutura urbana e de mobilidade da população. Novos polos geram maiores fluxos, novos circuitos comerciais, novas demandas trabalhistas, novas pressões para a melhoria do ambiente urbano, da segurança e da regulação das atividades. Em alguns casos, em zonas de

contato entre municípios, a coordenação deverá ser encaminhada por uma autoridade ou conselho metropolitano, pois haverá impactos regionais, como a alteração dos fluxos e dos horários de circulação entre duas ou mais cidades. Trata-se de uma cadeia de efeitos em diferentes escalas.

Cidades sonâmbulas

Uma cidade sonâmbula, ou seja, que perambula em um sono agitado, precisa lidar com as necessidades de abastecimento e de manutenção dos seus sistemas, no intuito de recuperá-los para uma nova rotina de atividades. Os sistemas de transporte coletivo são exemplares na medida em que operam a manutenção de suas composições no contraturno do período de uso pela população. As estações, terminais e centros de manutenção são ocupados nas madrugadas por trabalhadores que fazem a segurança, a limpeza, a revisão de protocolos da oficina, entre outras atividades, para a retomada do funcionamento na manhã seguinte. Ao mesmo tempo, supermercados, lojas de atacado e varejo, veículos de imprensa e outros setores abastecem prateleiras e repõem estoques em toda a cidade. Há grande circulação de pessoas e de produtos durante a madrugada, mesmo em uma cidade que tem praticamente todos os seus escritórios, lojas e fábricas fechados nesse período.

Uma das mais importantes atividades noturnas está ligada à área da saúde, da segurança e da assistência social.

Hospitais, enfermarias, drogarias, prontos-socorros, unidades do corpo de bombeiros, que operam sem cessar, recebendo enfermos e acidentados, são parte crucial da manutenção da vida urbana. No período noturno, em que há relativa mudança no padrão dos acidentes e das ocorrências médicas, sua operação é garantida pela coordenação de turnos e de práticas prolongadas de plantões, envolvendo um grupo muito específico de trabalhadores urbanos, que há muito tempo trabalham em escalas e ritmos especiais, voltados para a manutenção do ciclo diário de atividades urbanas. A eles podem ainda ser associados os seguranças, os policiais, os vigilantes e os guardas patrimoniais, que alternam rotinas de trabalho e de descanso: os policiais militares do estado do Rio de Janeiro, por exemplo, quando trabalham à noite, por 12 horas, têm direito a 48 horas de descanso – o dobro em relação ao tempo de que dispõem quando trabalham durante o dia.

As redes assistencialistas, especialmente aquelas voltadas para pessoas em situação de rua, costumam realizar suas ações durante a noite, período em que conseguem lidar com grandes grupos abrigados nas calçadas da cidade. Como descreve detalhadamente Igor Robaina (2018), o agrupamento dos sem-teto deriva de uma estratégia de proteção contra eventuais ataques e assaltos a seus pertences. Durante a noite se forma uma rede de proteção, em que cada um atua como vigia, com atenção voltada para o que acontece ao redor. Para outros, a noite pode ser

também uma oportunidade de trabalho, o famoso “bico”, para ajudar na montagem de barracas, no carregamento de produtos ou na abordagem de clientes. E em outros momentos, ainda, especialmente nos fins de semana, a noite se transforma em ocasião de encontro, lazer e distrações para a população em situação de rua. Trata-se de fato de um uso bastante diversificado do período noturno, mas, em geral, é nesse momento que as pessoas podem ser encontradas em grupos maiores e, portanto, organizadas pelas redes de assistência, que, a partir da recorrência das ações em um mesmo lugar ou circuito, passam a ser referência de apoio a essa população.

Se detivermos nossas atenções no movimento contínuo da cidade, veremos que os seus ritmos apresentam uma variação diária demarcada pelas atividades sociais. Enquanto trabalhadores iniciam seus turnos em hospitais, delegacias, restaurantes e estações de metrô, muitos habitantes das cidades saem para jantar, se exercitar, dançar, ver um filme ou simplesmente vagar pelas ruas quase vazias. A cidade vista por esse ângulo nunca para.

Há diversas cidades dentro de uma mesma cidade à noite, como afirma Luc Gwiazdzinski (2005). Enquanto uma cidade registra o fluxo de informações e a dinâmica do mercado financeiro, outra se move lentamente entre barracas de camelôs em busca de “bicos”. Enquanto uma cidade dorme, outra começa a acordar, preocupada em preparar tudo para que, ao amanhecer, o sistema de trans-

porte, os jornais e as mercadorias estejam prontos para uso. Tais ritmos só podem ser observados se tivermos um compromisso escalar, por assim dizer. Ou seja, devemos afastar e aproximar nossas lentes intelectuais para ver, em um jogo de escalas, as diversas camadas que compõem as cidades e os seus ritmos.

Zonas opacas e zonas luminosas

Assim como é fundamental o desenvolvimento de um olhar escalar, que recorta e dá visibilidade, também parece importante que se estabeleça um olhar classificatório sobre o espaço urbano. Tal iniciativa possui grande tradição em diversas áreas. Urbanistas, sociólogos, geógrafos, historiadores se dedicaram a muitos exames sobre o que era a cidade e como seria uma boa cidade. O livro *Cidades do amanhã*, de Peter Hall (2014 [1988]), para citar somente um, é rico em menções a esse tipo de lógica. Essa é, aliás, a lógica que funda a carreira do planejamento urbano e regional: definir zonas, delimitar setores, organizar regiões de planejamento e áreas de intervenção.

Trata-se de um problema metodológico. Como ver, interpretar e atuar em diferentes segmentos da cidade? Que estratégias organizar para cada área em vista do seu desenvolvimento econômico e social? Como atuar para possibilitar contatos e evitar fragmentações e o surgimento de enclaves territoriais?

Assim como na ciência aplicada à análise regional, tais estratégias podem ser pensadas para o planejamento e para servir de apoio a decisões quanto à alocação de recursos e à implantação de ações sobre o espaço. No entanto, mais do que a sua relevância para planejar áreas, a prática de classificação espacial possui utilidade para a reflexão sobre as desiguais formas de distribuição dos objetos no espaço. A imagem produzida pela ação de classificar a distribuição desses objetos nos permite compreender relações que de outra forma não veríamos.

Pesquisas que queiram lidar com a aplicação de tais questões a uma gestão dos ritmos urbanos, dia e noite, demandam observações que considerem as variadas combinações e interações espaciais ocorridas ao longo de um dia. Assim, um zoneamento que privilegie a função administrativa, em escritórios, durante o dia, pode ser outro no início da noite, quando passa a abrigar atividades culturais, intercalando, assim, funções em uma área mista: empresarial-cultural-habitacional, para ficarmos em um modelo bastante em voga de renovação de centros urbanos na atualidade.

Apesar de não ser exatamente a preocupação inicial da proposta de Milton Santos (1996), sua ideia de diferenciação entre lugares opacos e luminosos nos oferece uma primeira aproximação ao problema. Ora, se há uma distinção espacial no centro das sociedades capitalistas

entre lugares segundo seus recursos, disponibilidade de mão de obra, acesso à tecnologia, centros de inovação, mercado, etc., espera-se que se crie uma hierarquização ou classificação desses lugares. A inserção relativa numa rede de lugares e regiões pode ser identificada a partir da metáfora das luzes e das sombras, comum ao imaginário ocidental ligado ao acesso à iluminação e à energia elétrica. Mais do que isso, gostaríamos de observar que se trata não do acesso, mas da posição em relação ao foco de luz. Nesse caso, a luz pode ser interpretada como a metáfora da fortuna, do acesso às benesses do capitalismo, ao lucro e às oportunidades de negociação. Quanto mais longe do foco, menor a capacidade de aderir aos projetos da sociedade dentro desse modelo.

Como se pode imaginar, a noite é constituída por lugares opacos e lugares luminosos. Não só concretamente, uma vez que a luminosidade artificial é seletiva e resulta das intenções daqueles que iluminam os espaços; mas também metaforicamente, já que, como Milton Santos (1996) indicou para seus propósitos, a vida noturna de uma cidade também oferece oportunidades de forma diferenciada para o seu público. Há uma diferenciação social do lazer noturno, por exemplo. Tais formas de organização socioespacial produzem classificações de área, reorganizando os fluxos e as práticas sociais. Assim, observamos notícias sobre cidades que não dormem, áreas proibidas, centros clan-

destinos, eixos de manutenção, regiões silenciosas e outras formas de caracterizar o espaço em determinado período.

Com base no índice de concentração das atividades noturnas aplicado ao município do Rio de Janeiro (Góis, 2015), notou-se que a organização de tais atividades seguia uma orientação espacial. O índice de concentração de atividades noturnas foi elaborado a partir do levantamento e da ponderação da importância de bens e serviços ligados ao período noturno. Por agora basta afirmar que cada área da cidade possui uma centralidade dentro de uma hierarquia noturna. Há áreas com grande concentração de bares, restaurantes, casas de *show*, hotéis, centros de lazer, etc., enquanto outras parecem ter somente uma presença irregular de locais destinados às atividades ligadas à noite.

Em certo sentido, essa lógica obedeceria a algumas leis da oferta de bens e serviços que já apareciam nos trabalhos de economia espacial e que tinham grande inspiração na obra de Walter Christaller (1966 [1933]). Ao considerarmos o mapa de um município como o Rio de Janeiro, somos levados a pensar que há centros noturnos que ofertam mais serviços e que concentram fluxos de forma mais consistente ao longo do tempo. O que se notou foi a constituição de eixos e polarizações em torno do centro e da orla da cidade. Ao mesmo tempo, ao observarmos os fluxos, notávamos a pertinência dos deslocamentos das áreas suburbanas em direção aos centros noturnos indicados.

Em busca das atividades, encontramos unidades de lazer noturno, relativamente contínuas, articuladas pelos eixos de transportes do município.

Os lugares luminosos tendem a se restringir a poucas áreas da cidade durante a noite. São pequenos centros ou polos que atraem fluxos de pessoas e fazem convergir interesses sociais. Cada polo possui também um raio de atração, uma centralidade. Há centros capazes de recuperar fluxos metropolitanos, absorvendo pessoas de áreas distantes, de outras cidades, que levam até mais de uma hora em seu deslocamento. Há, no entanto, outros centros que atraem poucos fluxos, em geral, limitados às vizinhanças próximas. Nesses centros há não somente pouca variedade como também uma quantidade limitada dessas atividades. Já nos grandes centros de vida noturna há tanto a oferta corriqueira de bares, restaurantes e casas de *show* em grande quantidade e variedade, quanto a de outros serviços, como *shows* internacionais, boates, centros esportivos, motéis, eventos públicos, etc.

A composição da rede urbana favorece alguns deslocamentos e obstrui algumas possibilidades de interação durante o período noturno. No entanto, as áreas e os centros de vida noturna não são determinados somente pela oferta de serviços. O interesse coletivo sobre tais áreas e a manifestação de interesses sociais sobre elas fazem com que tal arranjo seja sempre provisório, mudando conforme

a atuação das pessoas sobre o espaço. Pensar em classificações de áreas nos leva a notar outras configurações espaciais, dirigidas a localizações específicas e que fortalecem, inclusive, a dimensão política da vida noturna. Nesse sentido, a noite pode ser constituída tanto por lugares quanto por territórios para as práticas noturnas. O papel ativo de um público faz com que esses centros, polos e redes sejam fluidos, permanecendo em constante reelaboração.

Quanto a esse aspecto, é importante reafirmar a necessidade de se repensar a localização dos polos, ampliando as oportunidades de criação de espaços públicos, zonas comerciais, postos de trabalhos e eventos nas áreas periféricas das grandes cidades. Em tese, a maior dispersão geraria fluxos menos concentrados e variedade da oferta e do público atendido. Essa interiorização das atividades noturnas resulta de forte investimento público na melhoria da infraestrutura urbana, na criação de espaços públicos e no controle dos comportamentos considerados ilegais, e já tem sido observada em algumas áreas do município do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, o empresariado carioca começou a ver essas regiões periféricas como frentes pioneiras, ou seja, como áreas ainda pouco exploradas pelas ações de apelo cultural, comercial e artístico. Diversos grupos e coletivos também passaram a ocupar os espaços públicos de tais áreas e a convertê-los em palcos para apresentação e divulgação de ações políticas de seus partici-

CIDADES INSONES

pantes. Esse caminho poderá ser bastante proveitoso para as cidades, não só economicamente, pela diversificação de centros e de formas de consumo, mas também culturalmente, por valorizar ainda mais o caráter de cultura cidadã envolvido em tais ações, que transformam os logradouros que ocupam em espaços políticos e de sociabilidade pública.

FORMAS E RITMOS

As cidades já são há algumas décadas o lugar de moradia da maior parte da população mundial. Elas são os polos organizadores da economia e da cultura humana, concentrando as atividades comerciais, industriais e administrativas. A cidade é, em si, uma forma-conteúdo. Seu tamanho, sua organização interna, seus laços externos possuem uma história e uma geografia. O espaço urbano é a dimensão geográfica da cidade. É nele que vemos as contradições do processo de urbanização, as práticas socioespaciais colocadas em exercício e as projeções de futuro idealizadas por seus habitantes. O espaço urbano é um arranjo criado socialmente para reproduzir os meios de vida almejados, para conter os problemas da coabitação, da desigualdade econômica e social e da expansão populacional e territorial, bem como para organizar a diversidade de pessoas e de suas demandas.

Pensar as cidades que não dormem exige, portanto, um olhar para seu espaço geográfico, o *habitat* humano, e a sua complexidade como processo, forma e prática social. Esse espaço é entendido não somente como um reflexo,

mas como produtor de identidades, associações, valores e mediações sociais. Imaginar cidades demanda reimaginar o próprio espaço urbano, sua constituição e organização interna, suas ligações externas, temporalidades, ritmos e imagens.

As formas das cidades

Em termos de configuração física, o espaço urbano é fruto de uma composição criada durante o processo de estabelecimento de uma organização social. Ele é, portanto, o resultado sempre provisório do assentamento humano em um lugar. Há influência de diferentes agentes sociais no processo, produzindo o espaço urbano de acordo com as suas intenções e capacidades econômicas e criativas em cada momento. É por isso também que o espaço urbano acumula diferentes temporalidades. Há elementos que pertencem a uma organização social antiga, dotada de outra significação social, como as pequenas manufaturas que ainda resistem nas proximidades dos centros urbanos de grandes cidades, com seus equipamentos arcaicos e sua estrutura decadente. Hotéis em vilas balneárias, grandes terrenos baldios em bairros de apartamentos, casebres e palacetes em meio a condomínios e oficinas de automóveis que se avizinham a arranha-céus são marcos do passado ainda presentes na configuração do espaço urbano e notáveis em sua paisagem.

É interessante notar que a noite foi associada com frequência a lugares decadentes, extemporâneos, que viviam ainda do *glamour* de um passado. Era em tais lugares que a cidade parecia não dormir. As zonas periféricas do centro comercial e de negócios, para usar uma expressão famosa da ecologia urbana, guardavam no presente a memória de tempos menos austeros, servindo de refúgio para um imaginário boêmio. As pequenas casas de tolerância, os bares, botequins e biroskas, as ruas apertadas pelo casario parcialmente abandonado serviam à composição de uma paisagem mundana e um tanto quanto transgressora. Representante de um comportamento subversivo e animada por uma atmosfera despojada, essa forma-conteúdo serviu à criação de identificações sociais em meio ao espaço fragmentado das cidades. Ali podiam se agrupar pessoas que se sentiam excluídas do quadro social ou que manifestavam descontentamento com a vida urbana que até então levavam. Nesse sentido, tais lugares representavam um refúgio ou esconderijo para aqueles que buscavam alternativas estéticas e hábitos fora da norma vigente.

Alguns desses guetos espontâneos e autoproclamados abrigos de subversão e descontentamento foram, aos poucos, ocupados por outros agentes sociais, seja para a sua apropriação física visando a outras funções, seja para a sua incorporação à cidade como polo cultural ou centro de lazer. Trata-se, nas duas hipóteses, de um processo recorrente em muitas cidades. Em alguns casos, é o retorno ao

centro e a busca pela recuperação econômica dessa parte esquecida da cidade grande que se tornam objeto de profunda especulação. Em outros, é o processo de gentrificação, que, visando a uma nova moral e a comportamentos mais adequados ao novo público almejado, associa o passado glamoroso e o presente decadente a um conjunto de imagens *kitsch*. Em alguns países, como na Inglaterra, isso significou o encerramento de tradicionais *pubs* e a abertura de restaurantes internacionais, bares de marcas famosas, galerias de arte e casas de *show* de empresários da noite. Comum ao processo é a substituição dos participantes das noites, seja pela criação de novas habitações, seja pela presença na rua de novos públicos e clientes.

Mais uma vez: o espaço urbano espelha, ainda que toscamente, o modo como cada sociedade está organizada no âmbito interno. As contradições aparecem no espaço físico, são notáveis nas paisagens, marcam de diversas maneiras a forma como nos relacionamos na cidade. Por isso devemos ver a cidade como um espaço físico que impõe desafios construtivos, mas também de significado. Ampliar atividades para horários noturnos e em dias úteis exige a observação da totalidade desse espaço, suas diferentes temporalidades e potencialidades para a vida social. Não se trata de construir guetos, abrigos ou refúgios, mas de pensar que há identificações que precisam ser respeitadas e diferenças na forma de viver socialmente. A complexidade reside em incentivar a existência da diversidade social

sem eliminar a liberdade de ação sobre o espaço urbano, ao mesmo tempo que se quer multiplicar os centros de atividades noturnas em toda a cidade. Ou seja, a liberdade de execução de ações na cidade não deveria ser um catalisador para a redução da diversidade social, mas um meio de motivar a criação de múltiplas experiências urbanas em variadas áreas da cidade e em diferentes momentos ao longo do dia ou da noite. Para a execução de um plano que valorize a diversidade de práticas, públicos e formas, há desafios que precisam ser adicionados à análise do espaço urbano hoje.

Um deles corresponde ao crescimento das cidades e à expansão da malha urbana. A cada passo para além dos limites urbanos vemos nascer uma necessidade. Para o Brasil isso significa que novos lotes são abertos de forma improvisada sem qualquer estrutura que não seja uma estrada e a demarcação do próprio lote. Em alguns casos, os lotes são abertos por grileiros, posseiros e por agentes do “poder paralelo”, como milicianos, por exemplo, em partes da Zona Oeste carioca. A infraestrutura urbana chega depois, improvisada, solicitada individualmente, na forma de fios de energia elétrica, encanamento e asfalto.

A iluminação pública chega de rua em rua, anos antes de qualquer obra de saneamento. Em cidades como o Rio de Janeiro, onde 96% dos logradouros possuem iluminação pública, apenas cerca de 50% têm tratamento de esgoto regular. O desafio é conseguir reduzir o desigual acesso

à infraestrutura básica domiciliar e pública, que aumenta muito a demanda sobre outras áreas da cidade. Não se trata somente de controlar o crescimento, mas de regular a expansão ilegal e precária de assentamentos periféricos.

Algumas saídas precisam ser observadas para as áreas de expansão. Em primeiro lugar, é fundamental que elas sejam monitoradas, o que, em algumas cidades, é feito a partir de sistemas de monitoramento aéreo ou por imagens de satélite. Conhecer os pontos críticos e fiscalizar o crescimento é o primeiro passo, mas essas medidas devem ser acompanhadas de ações no terreno.

A presença do governo local é o segundo passo. Para planejar áreas em processo de expansão urbana é necessário estar fisicamente presente nesses locais e criar fatores que induzam uma expansão controlada. Uma das alternativas é gerar novos polos administrativos e de fiscalização nas áreas monitoradas, responsáveis pela elaboração de mecanismos de controle e pela oferta de serviços e infraestrutura.

No limite, um plano de urbanização que contemple o surgimento de novos centros comerciais e de serviços bem como de áreas de produção e armazenamento pode ser concebido para sustentar um crescimento controlado, com a insurgência de novos polos que permitam a criação de postos de trabalho e a diversificação de atividades. A multiplicação de unidades de assistência à população pode ajudar a reduzir a demanda por transporte público e até mesmo os deslocamentos em horários de pico.

Além do crescimento urbano, as grandes cidades também convivem com o problema da concentração da população em áreas específicas, produzindo um espaço densamente habitado. Essa densidade populacional representa um dos maiores desafios de habitar cidades, que pode ser resumido na ideia de convivência. O estar junto que indica uma situação espacial – no mesmo lugar – e uma condição social – convivendo com estranhos – é um tema antigo para geógrafos, historiadores e sociólogos. Mas o grande aumento de concentração urbana na experiência recente é gerador de recorrentes conflitos e apreensões sociais. Em um mundo suscetível a epidemias e grandes arroubos coletivos, a densidade é um fator que acelera a reprodução das condições de instabilidade social e espacial.

Devemos, todavia, estar atentos aos efeitos ambientais que a verticalização e a horizontalização, cada uma ao seu modo, produzem sobre a cidade. No primeiro caso, o uso intensivo de determinadas áreas tende a gerar economias e deseconomias de aglomeração. Uma das vantagens desse fenômeno é a centralidade dos lugares densos, que podem, assim, concentrar a diversidade e a especificidade de certos bens e serviços. As desvantagens vêm em forma de maiores engarrafamentos, inflação dos preços de imóveis e poluição ambiental, com as decorrentes doenças associadas. No segundo caso, perdem-se as vantagens advindas da coesão espacial e gera-se maior pressão sobre áreas protegidas, além de maiores deslocamentos diários ou emergenciais.

O equilíbrio entre esses dois modelos é um grande desafio para os gestores das cidades (Pinson, 1999).

De certa maneira, a concentração física de pessoas em um mesmo espaço pode ser um elemento de ruptura dos ritmos urbanos, ocasionando uma disritmia mais impactante no cotidiano de uma cidade. O desafio de compartilhar o espaço urbano é, portanto, o desafio de sincronizar as ações que ocorrem sobre ele. E é exatamente nesse ponto que reside um grande número de preocupações dos governantes locais: conter rupturas que paralitem o fluir cotidiano da cidade. A coordenação de alguns aspectos centrais da vida urbana pode ser colocada em prática quando observamos os ritmos da cidade.

Ritmos, concentrações e trajetórias

Os ritmos circadianos estão, hoje, amalgamados às dinâmicas da vida social e, especificamente, aos ritmos das cidades. Isso afeta diretamente a humanidade, mas também causa impactos nos ritmos circadianos de outras espécies, mudando seus hábitos e horários de atividade. Algumas associações que poderíamos denominar de ecológicas ocorrem justamente pelas aglomerações em áreas diminutas. As cidades concentram uma diversidade natural em um grande complexo ambiental, radicalmente transformado pelo trabalho humano.

Uma das mais intensas mudanças é aquela que afeta a paisagem noturna de um local pela adição de luminosidade

durante a noite. A poluição luminosa muda o perfil diário e a impressão gerada nos sentidos dos seres sobre os horários de descanso e de atividade. Inúmeros autores destacam o efeito da poluição luminosa na experiência humana e na mudança biológica e de hábitos de outros seres vivos (Bogard, 2008). De certa maneira, o avanço da vida social para o período noturno, possibilitado pela iluminação artificial das cidades, reorganizou os ritmos circadianos e as relações sociais e ecológicas no âmbito urbano. Trata-se de um novo *habitat*, como sugerem Jorge Arturo Bolaños Briceño e Leidy Johana Ariza Marin (2017).

A variação rítmica vista diacronicamente, ou seja, como um fenômeno de expansão das atividades sociais para o período noturno, sugere que há mudanças no *habitat* urbano em outras escalas temporais. Se, nesse caso, falamos de novas adaptações ao meio, com implicações sobre o modo como realizamos nossas práticas cotidianas, em outras situações veríamos que há, também, variações ao longo de uma semana e mesmo em diferentes estações do ano. A maneira como se consolidou a organização dos tempos e das atividades em torno da ideia de dias úteis e finais de semanas – e, em outra escala, períodos de trabalho e de férias – é uma curiosa forma de adaptação de uma nova prática, o lazer, a um calendário sazonal, e mais recentemente a um período do dia, a noite, como tempo de diversão. Imaginar uma ruptura em relação a essa forma de organização dos tempos e das práticas é

um fascinante exercício de reimaginar a cidade e os seus ritmos hodiernos.

É nesse sentido que poderíamos seguir algumas indicações preliminarmente sugeridas por Henri Lefebvre em seu livro *Éléments de Rythmanalyse*, de 1992, em que preconiza uma forma de interpretar o cotidiano a partir de referências às obras de Gaston Bachelard e de Lucio Alberto Pinheiro dos Santos. Em sua obra póstuma, Lefebvre leva a noção de ritmo até os seus limites, incluindo não só o ritmo social, mas também sua apreciação na música e na filosofia. A análise é particularmente interessante no que se refere aos ritmos das cidades. É nesse ponto que o autor traça um paralelo com outras de suas obras, como *A revolução urbana* (1970) e *A produção do espaço* (1974). Sem nos atermos a essas publicações e simplificando demasiadamente o raciocínio, podemos dizer que se trata de reinstaurar a importância do espaço na leitura dos processos que ocorrem nas cidades por meio de suas diferentes temporalidades.

Ao analisar os ritmos, Lefebvre estabelece uma relação entre as ações do capitalismo e a constituição do cotidiano. Em sua visão, o tempo no campo e na cidade é organizado pelas escalas diárias de trabalho, um meio de organização da vida e do tempo a partir do trabalho. Assim, além dos ritmos cíclicos, naturais, como a passagem do dia para a noite, marés e fases da lua, estações do ano, etc., há ritmos sociais, lineares, impostos por uma estrutura que produz uma monótona repetição de ações e de movimen-

tos. Ritmos cíclicos (naturais) e ritmos lineares (sociais) compõem o molde sobre o qual os movimentos e as ações individuais se organizam. Inconscientemente, cada um de nós internaliza tais ritmos em nossos planejamentos diários, planos de moradia, calendários e agendas. Como indivíduos, calculamos nossas trajetórias e deslocamentos a partir da expectativa de uma certa normalidade estrutural, ou seja, a partir da esperança de que nada ocorrerá e causará uma mudança nos ritmos, atrasando-nos ou adiando nossos compromissos.

Levando-se em conta o que foi dito até aqui, é coerente afirmar que há alternâncias entre o ritmo recorrente e as rupturas causadas por eventos extraordinários. O extraordinário existe em relação ao ordinário, trata-se de um valor atribuído em função da diferença em relação ao ordinário. É a partir disso que se avalia o ritmo de um lugar: o ritmo lento do trabalho em relação ao ritmo “frenético” das noites de lazer; o ritmo intenso do tráfego na cidade em comparação à lenta vida no campo, etc. Nossas vidas são, portanto, estruturadas na alternância entre esses dois tipos de momento: a repetição e a ruptura. As duas têm algo em comum: uma duração que pode ser fragmentada em estágios, com o início da ação, sua chegada ao clímax e, por fim, seu declínio e desaparecimento momentâneo. Sua forma gráfica pode ser comparada a uma distribuição normal, ou curva de Gauss, compreendendo os estágios de cada ação. A busca pela racionalização dessa ordem rítmica

tem, aliás, produzido estudos cronotópicos muito interessantes, que reúnem as noções de topologia e de cronologia em sistemas explicativos espaçotemporais originais, como na obra organizada por Marc Armengaud sobre a noite de Paris (2013).

Henri Lefebvre (1992) nos ajuda a imaginar as cidades em outro sentido, vendo as relações em sociedade a partir de eventos e de sua sincronicidade – ou da ausência dela. Pensar o uso do tempo cotidiano nos permite também testar hipóteses e inverter a lógica do senso comum sobre a organização das temporalidades das práticas sociais. Há um campo de estudos bastante favorável à adoção de uma perspectiva especulativa sobre o espaço e o tempo cotidianos. A chamada *time-geography* ou geografia têmporo-espacial, organizada em torno dos trabalhos do geógrafo sueco Törsten Hagerstrand (1967), oferece alguns caminhos possíveis.

Hoje a *time-geography* poderia se beneficiar enormemente da alta capacidade de geração, compilação, análise e comparação de dados sobre deslocamentos físicos e polos de concentração populacional. Em um mundo acadêmico que adere com grande entusiasmo às possibilidades de inserção de *big data*, essa forma de pensar os ritmos sociais no espaço parece ganhar maior relevância ao demonstrar uma capacidade ampliada de oferecer resultados aplicáveis à gestão urbana.

Os estudos sobre os ritmos urbanos podem ganhar uma espessura ainda maior se associados ao estudo dos deslocamentos e das concentrações da população. Hagerstrand desenvolveu as suas primeiras pesquisas em zonas rurais e em pequenos aglomerados urbanos adjacentes, onde poderia controlar melhor as unidades de análise e observar a circulação de pessoas e de informações, especialmente as inovações ligadas ao mundo agropecuário de seu país. A partir desses estudos iniciais, o pesquisador pôde definir as trajetórias como o percurso de um indivíduo através do tempo-espço e as estâncias como estações de parada, os nós mais significativos desse caminho, ou seja, como os momentos nos quais um conjunto de trajetórias individuais se encontram e desenvolvem alguma atividade.

Na análise de Hagerstrand aparece a noção de movimento coreográfico, algo que dialoga com a proposta de Lefebvre sobre os tipos de ritmos. É nesse aspecto que ele busca integrar as trajetórias individuais em acontecimentos coletivos. Como as rotas são razoavelmente limitadas, os recursos são escassos e os centros que aglomeram pessoas não são tão dispersos, há certa coincidência espaço-temporal entre os circuitos que os indivíduos fazem diariamente. Uma parte considerável da população de uma cidade, por exemplo, sai de casa praticamente ao mesmo tempo, segue em direção a uma mesma zona e retorna nos mesmos horários. Os governos locais se preparam para

lidar com esse ritmo monótono e esperam que rupturas nessa espaçotemporalidade não ocorram e não comprometam o fluxo do trabalho diário.

As rupturas podem ser barreiras ou limites impostos por fenômenos naturais socialmente induzidos. Exemplos comuns ao caso brasileiro incluem as tempestades que desabrigam pessoas, fecham estradas e reorganizam os fluxos urbanos. Mesmo nesses casos é possível antecipar ocorrências, localizar riscos, criar mapeamentos de catástrofes, sistemas de alertas e medidas mitigadoras dos prejuízos. Tais medidas já vêm sendo aperfeiçoadas há algumas décadas com a utilização de sistemas de informações geográficas pelas prefeituras, por exemplo.

Ritmos da noite

Se tentássemos criar um cronótopo de uma cidade hipotética, veríamos para cada lugar um relógio de ativações operando em velocidades diferentes. Poderíamos extrapolar o exemplo de Georges Perec (2016), que empreendeu uma exaustiva descrição de tudo que ocorria ao longo de um dia em um local parisiense, e multiplicar a obsessiva observação para cada praça de uma cidade. Notaríamos, em diversos locais, momentos de monotonia e de aceleração do ritmo; veríamos a sincronicidade de ações nas saídas de escolas, na chegada de uma barca de passageiros ou na apresentação de um desfile; observaríamos arritmias derivadas da ocorrência de um assalto, de um atropela-

mento ou de uma inesperada tempestade. Nesses casos, deveríamos assinalar também as fontes dos movimentos e das ações, suas funções e transformações ao longo do tempo e, principalmente, a maneira pela qual tais funções alterariam o ritmo urbano.

A noite tem os seus próprios circuitos formados pelas práticas sociais de cada lugar e segundo os ritmos dos lugares. Nesse sentido, o estudo dos ritmos pode inspirar a busca de padrões, permitindo que o cotidiano seja agrupado a partir do lugar, e não somente do interesse individual ou de grupo em relação a ele. Ainda com Henri Lefebvre (1992), podemos ver a cidade como um conjunto de múltiplas temporalidades coletivamente agrupadas. É de fato o estudo do ajuntamento coletivo de ritmos heterogêneos a ênfase do seu trabalho. Para Lefebvre, sempre que há interação entre um lugar, um tempo e um gasto de energia, há ritmo. Esse ritmo é fundamentalmente formado por repetições.

Em geral, tende-se a perceber o ritmo noturno de um lugar como diferente de seu ritmo diurno, como uma ruptura em relação ao ritmo do dia. Na visão de Lefebvre, a noite tende a desacelerar o ritmo urbano, reduzindo o tráfego de pessoas e veículos e levando a cidade à arritmia social. Outros estudiosos, como Mike Crang (2001), sugerem que, em geral, a noite tende a exibir um ritmo irregular para os setores mais tradicionais da sociedade, sendo associada aos distúrbios provocados por seus

usuários. A desaceleração é, de fato, observada em algumas áreas, mas ela não é absoluta, visto que em outras zonas da cidade o que se nota é o oposto: há uma rápida e concentrada aceleração do ritmo, como se uma dose de adrenalina fosse injetada no coração da cidade. Logo, enquanto em alguns lugares pode prevalecer a arritmia noturna, em outros a noite anuncia a saída de um estado de arritmia e a chegada de um ritmo organizado, ou mesmo de uma polirritmia.

Os padrões de organização espacial são formados pela rejeição das práticas. Eles podem ser descritos através de esquemas gráficos que tracem o deslocamento de centralidade ocorrido entre o dia e a noite. Esse deslocamento parte da hipótese de que um novo arranjo do espaço físico precisa ser ativado cotidianamente para criar uma ambiência própria de cada momento. Assim, áreas são fechadas para a permanência de pedestres, desvios no trânsito de veículos são criados e projeções luminosas são dispostas na cidade. Esses e outros efeitos são produzidos pela alternância dos ritmos em relação aos lugares, em um jogo de mobilização de densidades e de reorganização dos deslocamentos. Assim, a variedade rítmica resulta das transições entre as práticas sociais em cada lugar.

Ao caminharmos pelas ruas de uma cidade durante a noite, é possível notar que compartilhamos da companhia de muitos indivíduos: senhores de idade apoiados em balcões de bares, moças correndo na orla, skatistas

na praça local, vendedores de comida em *trailers*, garis coletando o lixo das ruas, estudantes voltando da universidade, entre outros. Parte dos cidadãos faz uso da noite como um momento de trabalho, de estudo ou de lazer. Há partes da cidade que não dormem, que se mantêm ativas com o pulsar das atividades que se desenrolam no período noturno. Configura-se, portanto, uma cidade noctâmbula, que vê nas suas artérias a circulação de automóveis e nos ares a movimentação de aeronaves; uma cidade sonâmbula, daqueles que parecem vagar sem rumo em busca de ar puro ou de algum conhecido para conversar antes de retornarem para as suas casas.

Temos hoje uma maior circulação de pessoas nas ruas, um tráfego noturno, com implicações específicas para a vida urbana, ainda que reduzidas se as compararmos ao movimento diurno. Amplia-se a obrigação de se gerirem os ritmos da cidade, agora observada como cidade que não dorme, que se movimenta para manter o fluxo constante de pessoas, mercadorias e informações. Isso implica uma gestão que leve em conta determinados aspectos associados aos ritmos urbanos: as velocidades, as localizações, as concentrações e as ativações.

Entre o dia e a noite podemos identificar variações nas velocidades de circulação. Em termos de intensidade, ao longo do dia, do horário comercial, nota-se uma maior presença de veículos e de pessoas nas ruas, especialmente nos engarrafamentos e nas áreas de aglomeração pública.

Em certas áreas da cidade, a densidade é elevada e o aspecto de “formigueiro” é facilmente realçado. Estações terminais de transportes coletivos e centros comerciais ficam em grande evidência, ao mesmo tempo que as entradas do centro urbano e as grandes vias rápidas que se dirigem a ele se tornam apertadas por uma demanda de espaço maior do que sua capacidade real. Assim, vemos ao longo do dia variações na velocidade, com três grandes picos: pela manhã, no horário do almoço e no final da tarde.

À noite, quando tamanha variação não é percebida, a cidade parece cair em uma apatia de fluxos monótonos e velocidades contínuas, marcada pelos sinais de trânsito e rompida, brevemente, por picos de arritmia: alguém atravessa uma praça correndo, ou um “racha” entre veículos rompe o silêncio da madrugada. Nos fins de semana, a festa se torna um novo centro de interesse social, em que quase se pode ver o mesmo efeito do fluxo unidirecional diurno: formigueiro de gente, paralisia no trânsito. A gestão dos ritmos aqui opera sob o diapasão diurno, controlado pelo apito ritmado dos agentes de trânsito, pelo chamado dos guardadores de carros, pelo frenesi de buzinas. É preciso acomodar pedestres e motoristas, que, no caso da noite, costumam dividir o espaço das calçadas, ruas e sarjetas.

A gestão das velocidades encontra novas localizações também. À medida que se buscam novos bens e serviços em outras áreas da cidade, há, como se viu, um deslocamento de centralidades, o que implica uma localização no

espaço e, conseqüentemente, uma nova posição relativa. Os lugares da noite são caracterizados por um conjunto arquitetônico relativamente diferenciado daquele comum ao trabalho diurno. Muito do conjunto é temporário, de breve duração, montado conforme a necessidade do público consumidor e segundo a orientação aplicada a outros objetos espaciais: um terminal, uma casa noturna, um teatro, um bar famoso. Há um jogo de localizações, e a coesão espacial opera como fator multiplicador de vantagens competitivas. Criam-se associações locais, em cujo entorno se estabelecem relações sociais e econômicas, integrando circuitos da economia.

Esses lugares coesos são polos que concentram fluxos e aglomerações. Trata-se, portanto, de uma gestão de densidades. Como reorientar esforços públicos para ampliar o número de polos? Como reordená-los em diferentes zonas da cidade? Como organizar fluxos e concentrações que a eles se dirigem? Devemos limitar o uso das calçadas por bares, fechar ruas para os veículos, definir uma “hora do silêncio”? Como integrar vida noturna festiva e descanso de moradores? Além disso, o controle da concentração é também um controle da dispersão. Que cidades noturnas existem dentro de uma metrópole? Que lógica metropolitana poderíamos adotar para repensar as localizações desses polos?

O poder público é o primeiro a ser convocado e pode atuar em diversos caminhos, orientando as localizações

e até mesmo o mercado. Por outro lado, empresários da noite, grupos e movimentos sociais, agentes culturais e do ramo do entretenimento podem agir conforme a orientação dada pelos seus próprios interesses. Todos podem se apropriar de espaços degradados e de baixo valor e torná-los “lugares da moda”. Essa é, aliás, uma estratégia recorrente. Apropriar-se de amenidades já estabelecidas, como a proximidade de uma estação de metrô ou de um cenário noturno apreciado também é comum, o que em parte ajuda a explicar a grande concentração de polos noturnos em áreas nobres e às margens do centro urbano.

Finalmente, fluxos se dirigem para determinadas localizações, e o movimento das pessoas tende, mesmo durante a noite, a se repetir rumo aos mesmos polos noturnos. Ali se concentra, durante horas, um público. No entanto, não se trata de um fluxo contínuo. As praças que se encontram cheias durante a noite estavam vazias algumas horas antes. As casas de espetáculos, os restaurantes e os inferninhos estavam até então vazios ou fechados. Toda aquela área foi ativada a partir de um dado momento. Aos poucos os funcionários chegaram, bateram o ponto e começaram a arrumar o cenário, decorado para os interesses da noite, para atrair uma clientela. As localizações estavam até então adormecidas. Elas são “ligadas” a partir do momento em que o desejo social se espacializa, quando encontra um lugar e um sentido, ou ainda, quando esse lugar encontra um momento. É disso que se constituem o evento e a

sua ativação, de um interesse social que deposita naquele espaço-tempo uma vontade. Vontade essa que ganha forma de barracas de cachorro-quente, de botequins *gourmet*, de depósitos de bebidas, de vitrines iluminadas, de música alta, etc.

O lazer orienta muito da vida noturna, e não o faz isolado, mas dentro de um sistema de atividades integradas. Há relações entre os objetos espaciais, como, por exemplo, entre polos de ensino universitário e práticas de lazer boêmio, ou mesmo entre os postos de trabalho de cada uma dessas áreas. Há complementariedade econômica e espacial, em um jogo no qual a coexistência de tais atividades mantém a vida noturna. Trata-se de dois processos concomitantes: a complementariedade funcional e a coesão espacial. Atividades diferentes se organizam, portanto, em torno de um momento e em um lugar comum, como um sistema de relações espaciais, a partir da circulação e do encontro de trajetórias em um mesmo local.

A mobilidade noturna

Os problemas da mobilidade diurna são bem conhecidos. Congestionamentos, transportes públicos lotados e recorrentes acidentes de trânsito são cotidianamente relatados nos jornais matinais, e, para minorá-los e reduzir seus efeitos sobre a cidade, direciona-se um grande volume de investimentos públicos. Trata-se de um problema de notória visibilidade e de grande interesse para a

gestão urbana e metropolitana. A circulação entre cidades é, inclusive, objeto de muitas publicações e de um grande incremento tecnológico para monitorar e regular o fluxo entre essas localidades e também nos logradouros públicos.

A gestão das aglomerações e dos efeitos negativos dos congestionamentos tem uma relevância muito grande para os governos locais. Em primeiro lugar porque esses fenômenos são, de fato, um problema público consolidado no cotidiano de uma grande cidade (Pinson, 1999). Em segundo lugar, congestionamentos geram prejuízos econômicos, atrasos no funcionamento de serviços essenciais, complicações para a circulação de bens, etc. Esses problemas decorrem, entre outros fatores, da forma de organização interna das cidades, da estrutura viária, do modelo de transporte coletivo adotado, da coesão espacial, assim como do fato de nossas atividades acontecerem, majoritariamente, nos mesmos horários e nos mesmos lugares e de as pessoas se dirigirem todos os dias para os mesmos destinos.

Como durante a noite a circulação geral na cidade diminui significativamente, há também uma atenção reduzida do poder público nesse período. Isso não quer dizer que haja negligência, mas é de fato um desinteresse consciente, já que há outras prioridades, outros problemas que absorvem o cotidiano dos governos locais. No entanto, essa ausência de interesse atesta uma leitura muito pobre sobre o que é uma cidade e a sua complexidade espaço-

temporal, ao mesmo tempo que revela uma visão bastante limitada do tema, além de uma restrição de foco sobre as trajetórias diurnas.

As poucas exceções a esse tipo de postura buscam ver os ritmos da cidade de forma global, tentando não atuar diretamente sobre problemas específicos, mas sobre o conjunto de fatores que fazem com que cada cidade seja caracterizada por um agregado de problemas espacialmente conectados. Isso implica entender a questão da mobilidade como um problema de gestão de ritmos, que leva em conta a relação da circulação com as funções e os horários de funcionamento das atividades e, mais amplamente, com a maneira como definimos e compreendemos os usos dos espaços públicos, os comportamentos sociais, a cidadania e o direito à cidade (Góis, 2018).

Sendo mais direto, a cidade precisa ser pensada como um fenômeno que ocorre 24 horas por dia. Por que ainda mantemos esse rigor circadiano – ou seja, operações diurnas para total descanso noturno –, se já nos adaptamos a um tempo social que incorpora a noite como tempo útil? Essa é a pergunta que ainda parece não ter sido feita. Afinal, se continuarmos a concentrar no espaço e no tempo todas as atividades, continuaremos a reproduzir os nós rígidos e os fluxos densos que, desde a origem, nos condenam aos grandes engarrafamentos, deslocamentos e desperdícios sociais e econômicos com que nos defrontamos hoje.

Por isso é importante insistir em alguns pontos. Em primeiro lugar, as escalas de trabalho e de ensino precisam ser flexibilizadas e atualizadas a uma vida urbana do século XXI. Trata-se de uma visão aberta sobre novas formas de viver o tempo na cidade, o que inclui redução de jornadas, reorganização de tarefas, mudanças na percepção da relação tempo-salário, etc. Em algum ponto, como nos evidencia o confinamento pessoal em meio à pandemia de 2020, muito trabalho poderá ser feito remotamente, em formato de *home office*. O grande desafio de hoje é também ambiental, no sentido de restringir as tais pegadas de carbono. Fazer as pessoas circularem menos ou em horários diferentes pode ser uma iniciativa interessante também nesse aspecto. É claro que tudo deve ser pesado tendo em conta os custos para o setor de transportes coletivos, que seriam mais onerados em virtude da redução média de passageiros por viagem.

Em segundo lugar, as cidades monocêntricas apresentam esse claro perfil monodirecional de deslocamentos diários, reproduzido nas estruturas das linhas de trem, metrô e ônibus. Em muitos casos, como o das principais cidades brasileiras, trata-se ainda de uma herança colonial, ligada especialmente às antigas cidades portuárias. O padrão dendrítico da comunicação fluvial apenas foi substituído pelo padrão arterial das grandes vias de automóveis, o que, afinal, dá no mesmo, ou seja, produz artérias cotidianamente inchadas por veículos que se dirigem

para o mesmo lugar. A opção seria diversificar os centros, criar novos polos de trabalho, gerar associações entre trabalho remoto e presencial, reorientar o processo de crescimento e produzir mecanismos que permitissem às pessoas trabalhar e estudar próximo de casa, ou habitar próximo aos centros.

Já se sabe da dificuldade que uma proposta como essa tem para ser executada. A própria ideia de reorganizar momentos e lugares é completamente radical, no sentido de que algo precisa ser mudado desde a raiz, revolvendo tudo que há ao redor e reorganizando a sua estrutura a partir de um novo marco espacial e temporal. Mas uma versão mais simples disso já permitiria que, com as mudanças de turnos e a descentralização dos postos de trabalho, os picos de movimentação pela cidade fossem achatados e que o tempo de deslocamento e de “sufoco” no trânsito diminuíssem significativamente. Boa parte do lazer noturno hoje deriva, inclusive, dessa vida *no caminho*. Há quem relute em voltar para casa antes de o engarrafamento cessar ou que confraternize com amigos em terminais de transporte. No limite, há quem prefira dormir na rua durante a semana para não ter que perder mais de cinco horas por dia no trajeto casa-trabalho. Nesse sentido, como podemos falar de cidadania ou mesmo de direito à mobilidade? Precisamos imaginar outra cidade.

Se podemos imaginar outra cidade, podemos também pensar em outra forma de gerenciar ou de governar as

ciudades. Já houve a proposta de que cidades elegeassem um prefeito para o dia e outro para a noite. A ideia é curiosa, pensar em questões e problemas específicos para cada momento do dia, separadamente. No entanto, recaímos no mesmo problema, ou seja, imaginar que se trata, de fato, de duas cidades diferentes, que possuem poucas relações, ou que estas sejam apenas complementares. Por isso parece ser mais interessante organizar a gestão dos ritmos, a complementariedade das temporalidades, permitir que elas se acumulem ao longo do tempo e formem um conjunto espacial, um arranjo complexo de formas e de fluxos. A gestão do ritmo envolve, portanto, uma consciência, uma razão que observe a continuidade e a complementariedade entre dia e noite, bem como a organização de fluxos simultâneos, a resolução de conflitos entre as atividades que ocupam e produzem o espaço da cidade e a valorização da presença de interesses heterogêneos. Ao considerar a cidade como esse potencial espaçotemporal, é possível pensar em soluções que se orientem para novos lugares e para outros horários. Há uma pequena chance de que, afinal, se veja a cidade como o lugar do exercício da cidadania.

LUGARES, TERRITÓRIOS E PÚBLICOS

Neste ponto já chegamos à conclusão de que formas e ritmos compõem a vida urbana e as relações em sociedade, e que se estruturam a partir de um sentido democrático de partilha de um espaço, em cujos logradouros públicos os cidadãos podem se encontrar e circular livremente, realizando atividades laborais, de lazer, de estudo, etc. Para compreender circuitos e lugares de concentração, podemos buscar diversas categorias explicativas para o fenômeno de habitar a cidade contemporânea. Em meio a essa variedade, trataremos em seguida de três aspectos centrais da vida em sociedade que parecem implicar, ao mesmo tempo, a diversidade dos habitantes das cidades, a materialidade das suas práticas e os processos que eles desencadeiam a partir das suas ações no espaço. Trata-se, portanto, de um exercício de reflexão sobre as identidades, os conflitos e os direitos envolvidos em porções espaciais das cidades, o que buscaremos apreender a partir dos conceitos de lugar, território e espaços públicos.

Não só nos relacionamos com o ambiente vivido como também atribuímos a ele significados a partir da experiên-

cia pessoal e coletiva que adquirimos ao longo do tempo. Ainda que a noite seja efêmera e os cenários criados para a vivência se desfaçam a partir do momento em que um novo esquema de sociabilidade entra em jogo, podemos criar laços com os lugares e dar sentido à sua existência, mesmo que temporariamente. Se o lugar encarna o espírito de estar no mundo e a experiência da diversão é um dos seus propósitos, uma noite na cidade pode ser expressiva dessa relação, pode trazer sensações diferentes e, ao longo do processo, levar ao estabelecimento de um vínculo com aquele mundo. Tal vínculo é construído intersubjetivamente, ou seja, na relação entre as pessoas em um dado espaço (Holzer, 2003). É o jogo social que permite que a experiência coletiva se manifeste, ainda que a avaliação seja constituída por meio de uma apreensão subjetiva.

A experiência afetiva com o lugar passa então a fazer parte de um encontro de trajetórias. O lugar sintetiza esse diálogo com aquilo que é diverso e que pode ser explorado como uma possibilidade de interação social. É óbvio, no entanto, que tais experiências nem sempre são agradáveis. Há conflitos, tensões, desorientações que podem ocorrer ao longo do processo. A diversidade de um público pode ser a sua maior riqueza como elemento das relações em sociedade, mas pode, ao mesmo tempo, gerar medos, angústias e ansiedade. No limite, os lugares noturnos ensejam certa possibilidade de transgressão, como se fossem o último recanto da subversão da ordem social (Cresswell,

1998). Isso inspira desejos e inseguranças, alimentando expectativas sobre estar ali. Devemos advertir que, no entanto, a ideia de transgressão é menos real do que parece, ainda mais quando olhamos a partir de estudos empíricos atuais (Straw, 2018). A vida noturna é tão vigiada, controlada e organizada quanto a vida diurna; as fugas dessa ordem são quase mitologias criadas em nosso imaginário (Otter, 2008). As possibilidades de subversão não são menores durante o dia do que durante a noite, ainda que haja, de fato, um novo regime de visibilidade à noite que permite, em alguns casos, que a transgressão desapareça em suas sombras. Quando se fala de um regime de visibilidade, o que se quer indicar é que durante a noite o que se vê está circunstanciado pela disposição da iluminação. Como o período noturno é caracterizado por uma lógica arbitrária de iluminação dos espaços, a exposição depende, portanto, do lugar que os sujeitos ocupam em uma determinada área. O que muda em relação ao dia é a nossa capacidade de ver e de diferenciar o que é visto devido às condições de luminosidade do espaço.

Lugares e territórios

O compartilhamento de lugares e a convergência de trajetórias (Massey, 1994) não podem ser reduzidos ao problema do encontro social. Esse encontro é permeado, por vezes, de conflitos relacionados à apropriação do

espaço. Certos grupos preferem se fechar em torno de seus próprios interesses e seccionar áreas ou lugares para o exercício de suas próprias práticas. Parte dos estudos sobre o tema trata essa questão a partir da ideia de segregação (socioespacial). Normalmente, os pesquisadores se concentram no tecido urbano, identificando condomínios, *shopping centers*, clubes e outros objetos espaciais e seu caráter segregacionista (Carlos, 1999; Souza, 2000). Em relação à noite, também é comum a identificação de territórios exclusivos, orientados para o consumo hedonista, o entretenimento de classe média alta e o lazer como *commodity* no âmbito do sistema capitalista (Chatterton; Hollands, 2003; Turra Neto, 2012).

Visto a partir das ações políticas de intervenção ou de apropriação no espaço, o ato de territorializar é uma tecnologia política (Elden, 2016) por meio da qual se busca reconhecer os fatores locais que podem ser absorvidos pelo interesse dos atores sociais, especialmente do Estado e do mundo empresarial. As pesquisas de mercado, de público e de localização são instrumentos que visam identificar potenciais cenários para o investimento desses atores. Há, portanto, um empenho de forças no entendimento daquilo que compõe a noite em uma cidade. Há um olhar estratégico que vê a cidade noturna como um novo campo de intervenções, sob uma nova diagramação de interesses.

O tecido urbano passa a ter uma nova capa de significados, reorientados para um novo planejamento, ou seja, os

interesses do lazer e do entretenimento permitem pensar uma nova ordem das coisas, com novos centros e novos territórios. As ações da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, buscaram ao longo dos últimos trinta anos introduzir um novo ordenamento noturno ao definir centros, polos e redes de lazer. As definições se basearam em uma leitura sobre a cidade à noite e resultaram em intervenções físicas e incentivos fiscais para o empresariado da noite. Projetos como “Rio Cidade”, “Rio Orla”, “Rio Polos Comerciais”, “Lapa Legal” e “Corredor Cultural Carioca” são alguns exemplos de ações que incluíam um novo olhar sobre as atividades econômicas no período noturno (Góis, 2017). Em São Paulo há casos semelhantes, em que se apresenta um olhar sobre a noite a partir de um processo de ocupação de espaços por meio de ações do Estado e dos empresários (Gwiazdzinski, 2014). Isso não quer dizer, no entanto, que tais ações se imponham sem resistências; há territorialidades que se manifestam e que, de certa forma, até mesmo se configuram dentro de uma estratégia territorial contra-hegemônica.

O que queremos afirmar é que essa estratégia é recorrente na forma de atuação social de certos grupos, que instituem barreiras e fronteiras físicas e simbólicas visando ao controle do acesso de pessoas e ao estabelecimento de um modo de atuação. Em muitos casos, isso é estabelecido em espaços exclusivos, privados ou orientados para determinados usos, como casas de *show*, bares e boates.

Em outras situações, o que vemos é a delimitação de áreas exclusivas nos espaços públicos, ou seja, a apropriação de um espaço por um grupo, que controla os fluxos de entrada e de saída. Em ambos os casos, aproximamo-nos da ideia de território, ou seja, de um campo de forças que opera sobre e com um espaço construído, o qual será revertido para as estratégias espaciais desses grupos (Souza, 1995). Trata-se de territorialidades fluidas, móveis, temporárias, que sobrevivem enquanto os grupos que lhe dão sustentação ali estiverem (Sack, 1983).

Em geral, durante a noite, as territorialidades se manifestam por períodos de tempo, durante um evento; contudo, elas se estendem para além desse tempo pela presença das marcas espaciais deixadas pelas atividades, que acabam por refletir as relações e as formas de controle daquela área durante aquele período. Em alguns casos, essa territorialidade não se manifesta apenas em um local, mas é móvel, circulando por um conjunto de lugares que vão sendo apropriados no caminho. Conformam-se, desse modo, circuitos territoriais compostos por trajetórias que visam marcar uma rotina daquele grupo social. O território é, assim, a manifestação da apropriação espacial por um grupo; ele desvela as relações de poder que existem entre os grupos sociais e também reelabora as relações sociais como relações políticas. Os eventos combinados, como os “rolezinhos” em *shopping centers*, as marchas da maconha, as paradas do orgulho LGBT, entre outros, representam

essa forma provisória de territorialização do espaço por um grupo. Ao ocuparem os espaços, os grupos os transformam por meio dos significados partilhados pelos seus diversos participantes. De alguma forma, essa união de pessoas ativa os lugares, coordenando as práticas espaciais de longe, através das redes sociais e de informação contemporâneas. A exibição pública dessa convergência socioespacial pode desvelar conflitos e, no limite, impor restrições para a apropriação do espaço (Costa; Bernardes, 2013).

Se, no caso do lugar, o que se manifesta é a vivência, a experiência ou a relação afetiva, no caso do território o que se apresenta é a apropriação do espaço, tomado como tal sob a influência de um grupo social. Em outras palavras, o território é a demarcação (física ou simbólica) de uma disputa e, conseqüentemente, da defesa de um espaço de “iguais” (no sentido de iguais perante os outros, entendidos como diferentes, estrangeiros). Nesse sentido, o território só existe quando há uma alteridade à qual se opor, um outro contra o qual lutar, e que, assim, ajuda a fortalecer os laços internos do grupo. Em contrapartida, para que um lugar venha a existir, aceita-se a presença de outros, pois é essa característica que dá sentido à própria ideia de uma experiência intersubjetiva, em sociedade, coletivamente partilhada entre aqueles que pertencem ao grupo. Tal dinâmica social pode ser entendida em diferentes escalas e segundo uma grande variedade de definições do que chamamos de grupos sociais.

Acreditamos que, entre estes dois conceitos – lugar e território –, há ainda uma possibilidade mediana, entre o apelo à apropriação e ao conflito, de um lado, e a adesão à experiência intersubjetiva, do outro. A ideia de espaço público parece conservar o debate sobre a política e o poder, sem deixar de ter em conta os problemas ligados à identidade e às relações em sociedade. Se o conceito não visa solucionar o dilema da geografia entre território e lugar, ele torna operacional um conjunto de novos problemas. Para pensar as cidades é necessário ver que, além de lugares e territórios, temos espaços partilhados. É em grande medida como arenas mediadoras de heterogeneidade que a vida metropolitana precisa de espaços públicos, pois é exatamente neles que se espera que as profundas relações de conflito, de apropriação e de identificação sejam amenizadas em prol de uma vida coletiva. Nesse sentido, uma vivência prolongada, 24 horas por dia, exige que se pense em tais espaços.

Espaços e públicos

A cidade talvez represente um campo de observação privilegiado para o debate em torno das relações de poder no espaço. Ao reunir grupos sociais tão diferentes e seus respectivos interesses, ela parece conferir maior visibilidade a essas relações sociais. Em virtude disso, muito tem sido dito sobre o caráter conflituoso do espaço urbano,

sobre a desigual apropriação da cidade pelos grupos sociais e sobre as territorialidades urbanas (Serpa, 2007).

A centralidade das discussões poderia ser identificada nos processos de segregação, gentrificação ou apropriação por um grupo social de uma dada área durante determinado tempo. Essa abordagem é comumente apresentada quando se reúnem as investigações sobre fenômenos observados durante a noite. Nesse caso, salienta-se o caráter conflituoso normalmente associado às condutas dos indivíduos, entendidas como manifestações da transgressão de regras sociais. Seria como se durante a noite se manifestassem outras territorialidades que não aquelas comuns ao período diurno (Hae, 2011).

O debate sobre os conflitos territoriais na noite das cidades tem sido construído majoritariamente a partir da ideia de gentrificação (Slater, 2011). A proximidade entre esse conceito e o processo de territorialização é encontrada em seu esquema explicativo fundamental, no qual as lutas entre classes sociais se transformam em lutas pelo controle de um espaço. A associação entre território, poder e gentrificação forneceu os elementos teóricos que defenderiam o modelo de interpretação das lutas entre classes na geografia.

O termo “gentrificação” surgiu primeiramente associado às disputas entre membros da classe trabalhadora e membros da classe média londrina pela propriedade de antigos alojamentos do período vitoriano na década de

1950. Tratava-se de uma tentativa de aquisição dos prédios pela classe média com o intuito de reabilitar o estilo vitoriano, removendo dali a população que antes ocupava o local (Smith, 2002). Atualmente, o termo se tornou um lugar comum na descrição das grandes cidades, um mecanismo efetivo de identificação de um novo processo urbano que reproduziria o efeito de mudanças estruturais no capitalismo após os anos 1970 (Chatterton; Hollands, 2003). Seu emprego pelos geógrafos é associado à caracterização de um cenário no qual conteúdos socioespaciais anteriores que se encontram em vias de desaparecer são considerados originais e validados pela sua duração em determinado lugar.

A imagem comumente apresentada desse processo é a de uma noite permeada de conflitos pela ocupação dos espaços públicos. Em um desses casos, grupos marginalizados aparecem em territórios quase invisíveis, na fronteira de áreas ocupadas pelas atividades formais. Em outros momentos, a manifestação de um comportamento transgressor é compreendida como uma ruptura em relação às territorialidades constituídas, demarcando a emergência de uma territorialidade alternativa. As práticas constituem, assim, territórios que não parecem dialogar de outra forma que não por meio da disputa pelo controle de uma área, relegando a interação entre os grupos sociais a um papel secundário (Chatterton; Hollands, 2003). A conclusão é de que as noites urbanas são produzidas a partir de lugares de

exclusão, de controle e de domínio do capital privado (territórios corporativos). A noite aparece como um momento em que não há interação social, mas segregação, motivada pela segmentação do espaço em territórios (Talbot, 2006). Quando algum território alternativo é incorporado ao modelo hegemônico – ou seja, apropriado pelos interesses corporativos –, ele tende a ser caracterizado pelo processo de desterritorialização.

Esse conjunto de propostas desenha um quadro muito claro sobre os problemas enfrentados pelas cidades ao menos nos últimos quarenta anos. A gentrificação é um termo que tem se tornado banal nas análises mais recentes das cidades brasileiras e, por isso, merece uma interpretação crítica sobre a sua incorporação aos fenômenos observados no país. No entanto, apesar de ser um aspecto fundamental da análise em geografia, o conflito socioeconômico não é o único meio de acesso às interações espaciais que ocorrem nas cidades. Ao observarmos as relações sociais urbanas, vemos que as relações de poder se manifestam também por formas de sociabilidade que são ativadas a partir da concentração e, logo, da copresença de diferentes pessoas em um mesmo espaço (Gomes, 2012). Essa ativação surge das atividades que são especificamente criadas para a diversão de um público, o qual se reúne em poucos centros de grande visibilidade no espaço urbano durante a noite. Por isso, é importante dizer que o espaço público é algo que envolve, ao mesmo tempo, um recorte espacial

concreto, um lugar, e uma forma de relação entre pessoas, um público (Gomes, 2001).

O espaço construído é fundamental não somente como uma base ou um palco para a ação humana, mas também como um elemento ao qual se atribuem significações, sentidos e desejos. Assim, tal materialidade é recoberta por uma capa simbólica, constituída pelos valores sociais ali depositados. Sua relevância não pode ser, no entanto, reduzida a uma mera formalidade, como um espaço administrado por um agente social; nem mesmo limitada a um uso banal, como mera rota, passagem ou elemento do fluxo cotidiano desinteressado. Se um espaço é entendido como público, sua materialidade torna-se parte de um jogo social, ou melhor, de um contexto para a participação de pessoas, de um público (Crawford, 1995). O espaço público é caracterizado pela diversidade de pessoas que aceitam dividir um mesmo conjunto de regras sociais para conviver, para estar juntas, apesar dos variados interesses e valores sociais que possuem individualmente ou como membros de uma coletividade (Berdoulay; Gomes; Lolive, 2004).

Quando se trata dos usos noturnos dos espaços públicos, usualmente vigora a interpretação de que tais regras são burladas ou ignoradas por comportamentos transgressores. É recorrente que estes sejam vistos como ações de apropriação do espaço a partir da negação dos princípios diurnos, considerados imperativos morais. A metáfora da fronteira sinaliza esse tipo de pensamento. No entanto,

as regras variam muito pouco entre os períodos diurno e noturno, expressando quase sempre o mesmo conjunto de preocupações sociais. Além disso, o comportamento desviante não é um atributo fundador de um grupo, mas um elemento de sua identificação por outros que o enxergam como potencial agressor das normas vigentes ou dos seus princípios morais. A experiência do espaço público noturno é fundamental nesses casos, pois nele a diferença, embora reconhecida, não é silenciada para que se configure uma área restrita a apenas um grupo. O direito à diferença não se transforma, portanto, em direito à exclusão. A permanência da diversidade se torna, inclusive, a variável central das escolhas dos lugares da cidade em que os indivíduos decidem viver, trabalhar, se divertir e se encontrar uns com os outros.

É importante frisar que há formas de se viver uma noite que não admitem esse caráter integrador, convivial ou diverso. Há inúmeros exemplos de territórios exclusivos, como mencionado anteriormente, e que poderiam ser agrupados naquilo que Paulo Gomes (2001) denominou de *genoespaço*, isto é, um espaço de iguais ou de pessoas que possuem um vínculo identitário exclusivo (e excludente). Ainda assim, há lugares que preservam o sentido democrático da convivência com diferentes e cujo interesse social se ancora precisamente nesse princípio, aproximando-se da ideia de um *nomoespaço* – um espaço da diferença, da unidade de diversos.

O interesse pelos espaços públicos como lugares de sociabilidade, de encontro e de diálogo produz mudanças nas práticas sociais. Estas ganham um novo conteúdo, um apelo àquilo que Zygmunt Bauman (2009) chamaria de “mixofilia”, um desejo de estar “junto e misturado”. O interesse social pela noite passa a atender um público variado que busca no contato com o outro a realização de algum desejo. Trata-se de um jogo em que as peças se movem em busca da satisfação a partir do lazer noturno, ou seja, em busca de atividades que permitam solucionar uma inquietação relacionada à diversão, ao prazer, à excitação ou a qualquer prática que envolva estar junto e compartilhar uma experiência, um acontecimento ou uma atividade naquela ocasião (Goffman, 2010). Estamos, talvez, diante do que Georg Simmel (2005) chamou de “sociabilidade desinteressada”, ou seja, uma forma lúdica de sociação, que vê no estar junto a realização de uma satisfação sem que haja, de fato, um produto, um objetivo ou um resultado esperado. Pode ser também que fatores identitários influenciem o contato – a sociação – entre pessoas. Entre lugares, territórios e espaços públicos há nuances a que talvez seja impossível dar inteligibilidade. No entanto, é preciso reafirmar que as regras não se flexibilizam totalmente. Elas se mantêm como pano de fundo das ações e das relações. O nomoespaço é um espaço de regras, e as práticas socioespaciais “jogam” com elas.

Uma outra questão sobre os espaços públicos noturnos que deve ser trabalhada é a da visibilidade. Nem todos os logradouros públicos podem ser reconhecidos como espaços públicos durante a noite. Sem um público, esses logradouros permanecem como lugares de passagem e rotas de circulação pela cidade. A manifestação de um interesse coletivo sobre uma área da cidade exige a construção social de sua publicidade. Esse espaço precisa ser visto, visitado e reconhecido como um lugar que celebra a diversidade, revelando a importância do estar junto na configuração da cidadania. Durante as noites, a visibilidade da cidadania se exhibe em lugares ainda mais seletos, nos quais a aglomeração de pessoas se organiza em torno da sociabilidade.

A valorização da relação social também se expressa no espaço, que recebe novos equipamentos e funções e é reorganizado pelas práticas, como ocorre, por exemplo, no caso da decoração de monumentos, da iluminação de fachadas ou das intervenções artísticas. Produz-se, assim, um “efeito em cascata”: quanto mais apropriações daquele espaço, mais intervenções físicas sobre ele, maiores são sua ocupação e visibilidade. As manifestações identitárias de caráter territorial permanecem, mas entram no jogo da publicidade, compondo um mosaico de diferentes cores e aderindo, assim, a uma base política comum aos regimes democráticos. Isso não quer dizer que a existência de conflitos pelo controle do espaço seja ignorada, mas que, ao contrário, há também espaços para a resolução desses impasses.

As apropriações provisórias dos espaços públicos durante a noite podem ser vistas, portanto, como manifestações do interesse pelo diálogo social. Quando esse interesse é subjugado pela busca do controle exclusivo de um grupo sobre um dado espaço, a discussão passa a ficar limitada às lutas territoriais. Um conceito de espaço público aplicado ao período noturno absorve necessariamente o fato de que os conflitos lhe são inerentes e que sua resolução se organiza a partir dos princípios da política presentes no jogo social. Tal complexidade impõe significativos desafios à gestão urbana, mas não pode ser relegada ao interesse exclusivo do Estado. Pensar os espaços públicos noturnos é uma forma de estender a democracia a outros horários, ampliando o uso e a diversidade social, incluindo novas práticas na sua ativação diária.

Um sentido democrático

Noite e dia são as duas faces da vida cotidiana de uma cidade. Comumente associamos a primeira a um período de redução de velocidades e de densidades nos logradouros públicos. As metrópoles sonâmbulas, que não param, ainda assim têm sua vitalidade associada às calçadas movimentadas, às luzes que se mantêm acesas, ao burburinho até tarde da noite. Em outras cidades, os logradouros se mantêm calmos, escuros e silenciosos. Temos, de um lado, espaços públicos ativados pelas práticas sociais; de outro,

logradouros inertes, guardando em sua forma física a espera para a sua ativação diurna.

Como já está claro, o que nos move aqui é a defesa dos espaços públicos noturnos, ou seja, de uma cidade cada vez mais ativa à noite. Consideramos que lugares para o encontro social devem ser criados ou mantidos em horários noturnos, que esses espaços precisam ser construídos, que devem possuir uma forma física e que a ela deve se atrelar um conjunto de significações sociais. Nesse contexto, há uma série de princípios a serem levados em consideração.

O primeiro reside no fato de que estimular a vida noturna é uma forma de ampliar o escopo dos mecanismos legais. Ter mais pessoas nas ruas em uma escala ampliada de tempo pode favorecer o aparecimento de problemas públicos novos, que, em geral, só ganham visibilidade a partir do momento em que mais pessoas precisam lidar com as limitações que eles trazem consigo. Um exemplo está na iluminação pública, que com frequência precisa ser revista para acomodar novas práticas anteriormente incomuns em dadas áreas. Pensar nesse problema exige também ampliar a visão que se tem da própria cidade. Começamos a vê-la em outros lugares, em outros momentos, e com isso vemos também os constrangimentos que a organização atual impõe ao futuro.

Um segundo princípio pode ser encontrado na questão da diversidade social e no estímulo à convivência nos espa-

ços públicos. Um dos problemas que vimos e que é bem relatado nas referências atuais é o da gentrificação e formação de aglomerados identitários em torno de determinadas áreas da cidade. Já se sabe o quão pernicioso pode ser tal segmentação, podendo levar a conflitos declarados e a longas guerras judiciais. Em parte, o papel do Estado é o de garantir que os espaços construídos da cidade sejam orientados por um princípio democrático, que se contrapõe a interesses comerciais aferrados à criação de privilégios espaciais. Quando possível, esse papel pode ser exercido por meio do fortalecimento de atividades heterogêneas, capazes de visibilizar a variedade de interesses envolvidos.

Devemos também imaginar que tais espaços poderiam se apoiar na ideia de que reúnem o encontro de diferentes e de que, em razão disso, são espaços excepcionais, lugares de referência para a vida urbana. Nesse sentido, um dos princípios atendidos seria o da visibilidade de tais espaços, ou ainda, da sua capacidade de ser um polo agregador em meio à dispersão de interesses da população. Eles seriam, assim, como chaves de leitura de uma cidade, pois ajudariam àqueles que vivem nela ou que a visitam a orientar seus percursos. No caso da noite, são espaços outros, como vimos. São áreas periféricas ao centro urbano, zonas de transição com bairros nobres, praças e ruas tradicionais, etc. De alguma forma, tais espaços mobilizam o imaginário social, servem para encarnar o sentido da democracia, oferecer-lhe um chão.

Em momentos excepcionais como o atual, em que o confinamento das pessoas em suas casas é uma medida de contenção da pandemia, vemos a importância de tais espaços. Eles aparecem vazios e silenciosos nas manchetes de jornais no início da quarentena e são os primeiros a serem acionados quando ocorrem medidas de relaxamento do isolamento social. São espaços de ampliação da vida urbana, que articulam instalações privadas com áreas coletivas. É em tais espaços que circulamos e construímos as relações em sociedade, é neles que negociamos a própria vida urbana, que nos educamos e nos instruímos. O compartilhamento desse espaço educa e funda a cidadania.

A sociabilidade pública e o jogo social ganham visibilidade nesses espaços, os quais são, na maior parte dos casos, objetos de leis e de intervenções públicas. O objetivo de garantir a ordem e a boa convivência é crucial para a existência da vida social em um ambiente urbano denso. Tal ordem se funda no princípio da democracia, como espacialização do interesse do povo. Em virtude disso, as ações sobre os espaços públicos devem incluir também um sentido de justiça espacial. Nesse ponto é fundamental voltarmos para o que dissemos antes. Espaços públicos urbanos devem lidar com a diversidade e a coexistência de diferenças, evitar exclusões, segregações ou profundas desigualdades de acesso e de uso. Em boa medida, o acesso passa por um sentido de mobilidade justa, de garantia de circulação segura e de orientação em qualquer hora do

dia ou lugar da cidade. Do contrário, haverá severas restrições, espaciais e temporais, para aquilo que chamamos de cidadania.

PALAVRAS FINAIS

Já se disse que “à noite todos os gatos são pardos”. Com isso o que se deseja informar é que durante a noite não vemos nuances, não conseguimos diferenciar o variado colorido dos seus frequentadores, os quais podem se camuflar em uma paisagem obscura. O ditado é antigo e remete aos tempos de cidades iluminadas pelas luzes bruxuleantes de velas em oratórios de capelas. Nessas cidades de outros tempos, a noite era ocasião de descanso e recolhimento. Os aventureiros da noite eram aqueles que faziam uso da escuridão para ficarem despercebidos enquanto caminhavam pelas ruas das cidades.

Neste pequeno livro defendemos a ideia de uma cidade que fosse pensada como objeto geográfico dotado de variação rítmica. Para isso seria necessário implantar sutis mudanças na frequência e na duração das atividades sociais ao longo do dia. A proposta foi imaginar um novo sentido para a gestão urbana, que evocasse o ritmo urbano como princípio e a espacialidade do fenômeno urbano como diretriz de planejamento. Com isso podemos propor a ideia de cidades que não dormem, o que envolve reima-

ginar os fluxos, os polos e as redes urbanas. Trata-se de uma ponderação que busca desconcentrar espacial e temporalmente os usos do solo urbano e, assim, reduzir as deseconomias de aglomeração, comumente tratadas na literatura sobre as metrópoles hodiernas.

O momento atual é propício para isto: imaginar. Encontramo-nos em meio a uma situação desafiadora que nos permite ver de forma mais nítida nossos dilemas sociais e suas implicações no cotidiano das cidades. Notamos onde e quem é mais duramente afetado pela organização do espaço urbano e pela desigualdade de acesso à moradia digna. Vemos também quem são as pessoas que precisam ficar mais tempo apertadas em transportes coletivos e que se encontram em situação de subemprego. Ao mesmo tempo, é notável a falta de articulação das ações que visam às grandes cidades bem como a ocorrência de equívocos profundos em relação ao modo como essas cidades se organizam espacial e temporalmente.

Como imaginar cidades que não funcionem dentro de um ritmo que nos habituamos a considerar “normal”? Como pensar em cidades sem horários de pico, dias úteis ou períodos de funcionamento em horários comerciais? Seria possível imaginar que as operações comerciais poderiam acompanhar quadros de horários mais flexíveis, que os trabalhadores não precisariam todos correr para os mesmos lugares ao mesmo tempo? Só o exercício de imaginar um contexto como esse já poderia ajudar muitos prefeitos,

governadores e secretários. Poderia também evitar equívocos, como instaurar rodízio de carros, reduzir horários noturnos de atividades comerciais, suspender atividades de lazer ao ar livre, cortar linhas de ônibus em certas áreas ou suspender o funcionamento dos trens noturnos durante uma pandemia, na qual o alvo deveria ser reduzir as aglomerações, e não forçá-las.

A visão para o futuro exige, ainda, uma reflexão sobre a forma como observamos e entendemos as cidades hoje. Precisamos ver os conjuntos, as relações espaciais e temporais que são costuradas entre as atividades cotidianas de uma cidade. Precisamos pensar nos efeitos em cadeia que ocorrem a partir do momento em que introduzimos um novo objeto espacial em determinado contexto. A cidade é um sistema espaçotemporal, e o que ocorre em uma determinada área tende a afetar não só a vizinhança, mas o corpo urbano como um todo. Quando se derruba ou se refuncionaliza um viaduto, geram-se impactos na circulação interna, no mercado imobiliário, na feição da paisagem, no turismo e nos significados atribuídos àquela localidade para a cidade. As escalas afetadas extrapolam o local da intervenção.

Reimaginar significa também redesenhar, reescrever ou redescobrir a cidade. Significa desenhar o que a cidade é sob uma nova perspectiva, como se pintássemos um mapa a partir de uma nova forma de classificação, orientada talvez pelos movimentos, e não somente pelos objetos em si. Com isso seria possível ver as relações, as posições

relativas entre os objetos, a maneira como a cidade flui cotidianamente a partir de tais interações. Com o desenho novo, feito para reproduzir ritmos e variações, talvez pudéssemos reescrever a história da cidade, vista sob um novo panorama, como cidade em movimento, que se expande, que se torna densa, que acumula temporalidades, que se compõe do novo e do antigo. Talvez assim se redescubra a cidade e o seu imenso potencial de ser em muitas outras formas não esperadas, em muitos outros lugares até então esquecidos, em tantos outros momentos obscurecidos. Talvez, e este é o último talvez, vejamos que os nossos gatos são muito mais coloridos.

REFERÊNCIAS

- ARMENGAUD, Marc. *Paris la nuit: croniques nocturnes*. Paris: Pavillon de L'Arsenal, 2013.
- BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- BERDOULAY, Vincent; GOMES, Paulo; LOLIVE, Jacques. *L'espace public à l'épreuve: régressions et émergences*. Pessac: Maison des Sciences de l'Homme d'Aquitaine, 2004.
- BIANCHINI, Franco. Night cultures, night economies. *Planning Practice and Research*, v. 10, n. 2, p. 121-126, 1995.
- BOGARD, Paul. *Let there be night: testimony on behalf of the dark*. Reno: University of Nevada Press, 2008.
- BOLAÑOS BRICEÑO, Jorge Arturo; ARIZA MARIN, Leidy Johana. Nocturnidad, ciudades 24 horas y sus efectos socioambientales. *Bitácora*, Bogotá, v. 27, n. 3, p. 143-148, 2017.
- BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. *Local and global: the management of cities in the information age*. Londres; Nova York: Earthscan, 1997.

BRANDI, Ulrike; GEISSMAR-BRANDI, Christoph. *Light for cities: light design for urban spaces, a handbook*. Zúrique: Birkhauser, 2007.

BUREAU, Luc. *Géographie de la nuit*. Montreal; Quebec: L'Hexagone, 1997.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 1999.

CASTELLS, Manuel. *The informational city: information, technology, economic restructuring, and the urban-regional process*. Oxford: Blackwell Publishers, 1991.

CHATTERTON, Paul; HOLLANDS, Robert. *Urban nightscapes: youth cultures, pleasure spaces and corporate power*. Londres: Routledge, 2003.

CHRISTALLER, Walter. *Central places in Southern Germany*. Nova Jersey: Prentice-Hall, 1966. [1933].

COSTA, Benhur Pinós; BERNARDES, Antonio. Microterritorializações homoafetivas na cidade de Presidente Prudente-SP: o lazer noturno e as relações de interface. *Revista Cidades*, v. 10, n. 17, p. 30-60, 2013.

COX, Kevin. Scale of dependences, spaces of engagement and the politics of scale, or: looking for local politics. *Political Geography*, v. 17, n. 1, p. 1-23, 1998.

CRANG, Mike. Temporalised space and motion. In: MAY, J.; THRIFT, N. (ed.). *Timespace: geographies of temporality*. Londres; Nova York: Routledge, 2001.

CRARY, Jonathan. *24/7, capitalismo tardio e os fins do sono*. Rio de Janeiro: Cosac Naify, 2014.

CRAWFORD, Margaret. Contesting the public realm: struggles over public space in Los Angeles. *Journal of Architectural Education*, v. 49, n. 1, p. 4-9, 1995.

CRESSWELL, Tim. Night discourse: producing/consuming meaning on the street. In: FYFE, Nicholas R. (ed.). *Images of the street: planning, identity and control in public space*. Londres; Nova York: Routledge, 1998.

DEWDNEY, Christopher. *Acquainted with the night: excursions through the world after dark*. Nova York: Bloomsbury Publishing, 2005.

EKIRCH, A. Roger. *At day's close: night in times past*. Nova York: W.W. Norton & Co., 2006.

ELDEN, Stuart. Terra, terreno, território. *Revista Geografares*, Vitória, n. 21, p. 42-60, jan./jun. 2016.

FIORI, Sandra. Lumières, miroir nocturne des paysages. *Les 4èmes Journées Européennes de la Recherche Architecturale et Urbaine EURAU'08: Paysage Culturel*, Madri, p. 16-19, 2008.

FOSTER, Russell; KREITZMAN, Leon. *Circadian rhythms: a very short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

GALLAN, Ben; GIBSON, Chris. New Dawn or New Dusk? Beyond the binary of day and night. *Environment and Planning A*, v. 43, n. 11, p. 2.509-2.515, 2011.

GINZBURG, Carlo. *História noturna: decifrando o Sabá*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GOFFMAN, Erving. *Comportamento em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos*. Petrópolis: Vozes, 2010.

GÓIS, Marcos. *Paisagens noturnas cariocas: formas e práticas da noite na cidade do Rio de Janeiro*. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

GÓIS, Marcos. *Paisagens luminosas e cenários noturnos*. Niterói: EdUFF, 2017.

GÓIS, Marcos. Mobilidades noturnas: estudo sobre os circuitos urbanos noturnos na cidade do Rio de Janeiro. *Universitas Humanística*, Bogotá, n. 85, p. 263-291, jan./jun. 2018.

GOMES, Paulo. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

GOMES, Paulo. *O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

GOMES, Paulo. *Quadros geográficos: uma forma de ver, uma forma de pensar*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

GWIAZDZINSKI, Luc. *La nuit, dernière frontière de la ville*. La Tour d'Aigues: Éditions de l'Aube, 2005.

GWIAZDZINSKI, Luc. *The nocturnal condition, night manifesto*. São Paulo: Invisíveis Produções, 2014.

HAE, Laam. Gentrification and politicization of nightlife in New York City. *ACME: An International E-Journal for Critical Geographies*, v. 11, n. 3, p. 564-584, 2011.

HAGERSTRAND, Törsten. *Inovation difusion as a spatial process*. Chicago: The University of Chicago Press, 1967.

HALL, Peter. *Cities of tomorrow: an intellectual history of urban planning and design since 1880*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2014. [1988].

HARVEY, David. *Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development*. Londres; Nova York: Verso, 2006.

HEATH, Tim. The twenty-four-hour city concept: a review of initiatives in British cities. *Journal of Urban Design*, v. 2, n. 2, p. 193-204, 1997.

HOLZER, Werther. O conceito de lugar na geografia cultural-humanista: uma contribuição para a geografia contemporânea. *Revista GEOgraphia*, Niterói, v. 5, n. 10, p. 113-123, 2003.

JOHNSTON, Jennifer Lee. *Open 24 hours: a case study of Vancouver and the twenty-four-hour city concept*. 2002. Dissertação (Mestrado em Artes – Planejamento) – School of Community and Regional Planning, University of British Columbia, Vancouver, 2002.

KOSLOFSKY, Craig. *Evening's empire: a history of the night in early modern Europe*. Cambridge; Nova York: Cambridge University Press, 2011.

LEFEBVRE, Henri. *Rhythmanalysis: space, time, and everyday life*. Londres; Nova York: Continuum, 1992.

MARSTON, Sallie; JONES III, John Paul; WOODWARD, Keith. Human geography without scale. *Transactions of the Institute of British Geographers*, n. 30, p. 416-432, 2005.

MASSEY, Doreen. A global sense of place. In: MASSEY, D. (ed.). *Space, place and gender*. Minnesota: University of Minnesota Press, 1994.

MASSEY, Doreen. *World city*. Cambridge: Polity Press, 2007.

MCQUIRE, Scott. Dream cities: the uncanny powers of electric light. *Journal of Media Arts Culture*, v. 1, n. 2, 2004.

MELBIN, Murray. Night as frontier. *American Sociological Review*, v. 43, n. 1, p. 3-22, fev. 1978.

MELBIN, Murray. *Night as frontier*. Nova York: Free Press, 1987.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NARBONI, Roger. *Lighting the landscape: art design technologies*. Boston: Birkhäuser, 2004.

NASAW, David. *Going out: the rise and fall of public amusements*. Cambridge: Harvard University Press, 1993.

NOFRE, Jordi; ELDRIDGE, Adam (org.). *Exploring nightlife: space, society and governance*. Londres: Rowman & Littlefield Int. Ltda., 2018.

OTTER, Chris. *The Victorian eye: a political history of light and vision in Britain, 1800-1910*. Chicago: The University of Chicago Press, 2008.

PALMER, Bryan. *Cultures of darkness: night travels in the histories of transgression*. Nova York: Monthly Review Press, 2000.

PEREC, Georges. *Tentativa de esgotamento de um local parisiense*. São Paulo: Gustavo Gili, 2016.

- PINSON, Gilles. Projets urbains et construction des agglomérations. *Annales de la Recherche Urbaine*, n. 82, p. 130-139, 1999.
- ROBAINA, Igor. O trabalho de campo como um lugar em processo: experiências de uma pesquisa geográfica com a população em situação de rua numa grande metrópole. *GEOUSP: Espaço e Tempo* (on-line), v. 22, n. 1, p. 241-256, 2018.
- SACK, Robert D. Human territoriality: a theory. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 73, n. 1, p. 55-74, 1983.
- SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SASSEN, Saskia. *The global city: New York, London, Tokyo*. Nova Jersey: Princeton University Press, 1991.
- SCHIVELBUSCH, Wolfgang. The policing of street lighting. *Yale French Studies*, n. 73, p. 61-74, 1987.
- SERPA, Ângelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.
- SIMMEL, Georg. The metropolis and mental life. In: BRIDGE, Gary; WATSON, Sophie (ed.). *The Blackwell city reader*. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.
- SLATER, Tom. Gentrification of the city. In: BRIDGE, Gary; WATSON, Sophie (ed.). *The new Blackwell companion to the city*. Oxford: Blackwell Publishing, 2011.

SMITH, Neil. New globalism, new urbanism: gentrification as global urban strategy. *Antipode*, v. 34, n. 3, p. 427-450, 2002.

SOUZA, Marcelo L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; CORREA, R. L.; GOMES, P. C. C. (org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, Marcelo L. *O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática socioespacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

STRAW, Will. Afterword: night mayors, policy mobilities and the question of night's end. In: NOFRE, J.; ELDRIDGE, A. (org.). *Exploring nightlife: space, society and governance*. Londres: Rowman & Littlefield Int. Ltda., 2018.

TALBOT, Deborah. The Licensing Act 2003 and the problematization of the night-time economy: planning, licensing and subcultural closure in the UK. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 30, n. 1, p. 159-171, 2006.

TURRA NETO, Nécio. *Múltiplas trajetórias juvenis: territórios e rede de sociabilidade*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

VAN SANTEN, Christa. *Light zone city: light planning in the urban context*. Zurique: Birkhäuser-Publishers for Architecture, 2006.

WHYTE, William H. *The social life of small urban spaces*. Washington: Conservation Foundation, 1980.

CIDADES INSONES

WILLIAMS, Robert. Night spaces: darkness, deterritorialization and social control. *Space & Culture*, v. 11, n. 4, p. 514-532, 2008.

MARCOS PAULO FERREIRA DE GÓIS

CIDADES INSONES

MARCOS PAULO FERREIRA DE GÓIS